

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CAVICON

São Paulo

2018





Plano de Recuperação Judicial Conjunto consoante a Lei n 11.101/2005 em atendimento ao artigo 53, para apresentação no Autos do Processo nº. 1005065-47.2018.8.26.0286 em trâmite na 2 Vara Cível do Foro da Comarca de Itu no estado de São Paulo.

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	5
1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
1.2. OBJETIVO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
1.3. TERMOS E DEFINIÇÕES	6
2. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	8
2.1. BREVE HISTÓRICO	8
2.2. EVOLUÇÃO E CAUSAS DA CRISE	10
3. PLANO DE RECUPERAÇÃO – IMPLEMENTAÇÃO E PREMISSAS	12
3.1. PLANEJAMENTO OPERACIONAL	12
3.1.1. BASES DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRO OPERACIONAL	12
4. MERCADOS	14
5. LISTA DE CREDORES DA RECUPERANDA	16
6. MEIOS DE RECUPERAÇÃO	16
6.1. ORIGEM DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS CREDORES	17
6.2. VIABILIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO	17
7. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES	17
7.1. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES TRABALHISTAS	18
7.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES QUIROGRAFÁRIOS	18
7.2.1. PROPOSTA DE PAGAMENTO	18
7.2.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES QUIROGRAFÁRIOS – FORNECEDORES DE AÇO	19
7.4. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS	20
7.5. PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO ACELERADA FORNECEDORES DE AÇO	20
7.5.1. CRÉDITOS DE PARCEIROS OPERACIONAIS FORNECEDORES DE AÇO	21
7.5.2. CRÉDITOS DE PARCEIROS FINANCEIROS	22
7.6. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES COM GARANTIA REAL	22
7.7. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	22
7.7.1. PROPOSTA DE PAGAMENTO	22
7.9. CREDORES NÃO SUJEITOS	23
7.10. DISTRIBUIÇÃO DE PAGAMENTOS	23
7.11. RESUMO DAS PROPOSTAS DE PAGAMENTO AOS CREDORES	23
8. CRÉDITOS CONTINGENTES – IMPUGNAÇÕES DE CRÉDITO	24
9. PASSIVO TRIBUTÁRIO	25
10. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA PROPOSTA DE PAGAMENTO	25
11. FORMA DE PAGAMENTO AOS CREDORES	25
11.1. INFORMAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS	26
11.2. DATA DO PAGAMENTO	26
12. PUBLICIDADE DOS PROTESTOS	27
13. ATIVOS FIXOS	27

14. DISPOSIÇÕES GERAIS	27
14.1. INVALIDADE PARCIAL	28
14.2. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS.....	28
14.3. LEI APLICÁVEL	28
14.4. ELEIÇÃO DE FORO	29
15. NOVAÇÃO DA DÍVIDA	29
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS – RESUMO	30

ANEXO I – PROJEÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO/FINANCEIRO

ANEXO II – LAUDO ECONÔMICO/FINANCEIRO

ANEXO III – AVALIAÇÃO CONTÁBIL DE ATIVOS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Devido as dificuldades econômicas e financeiras pelas quais vinha passando, em 7 de junho de 2018 a Cavicon, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J sob o nº 07.455.654/0001-59 ingressou com pedido de recuperação judicial, com fulcro nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 "LRF", visando a superação da crise econômico-financeira;

A Cavicon têm sua administração com o sócio e administrador, Sr. Andres Lobato Mato, conforme Contrato Social juntando aos autos e tem seu principal estabelecimento e sede localizado na Estrada Municipal Augusto Zanoni, 2.801, Jardim Emicol, Cep: 13312-830, Itu – SP. Tendo o seu processo de recuperação judicial distribuído na 2ª. Vara Cível do Foro da Comarca de Itu/SP "Juízo da RJ", sob o no. 1005065-47.2018.8.26.0286.

O deferimento do processamento da recuperação judicial ocorreu em 13 de junho de 2018, pelo Exmo. Dr. Cássio Henrique Dolce de Faria, com a disponibilização dessa decisão no Diário de Justiça do Estado de São Paulo no dia 15 de Junho de 2018, sendo nomeado como Administrador Judicial Dr. Felipe Luis de Paula e Souza, OAB/SP nº 326.004.

O processo de Recuperação Judicial "Plano" é apresentado em cumprimento ao disposto no artigo 53 e foi elaborado com o propósito de abranger e estabelecer os principais termos do Plano de Recuperação Judicial, proposto sob a égide da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005 – "Lei de Recuperação de Empresas"), "LRF";

Para assessoria jurídica das empresas durante o processo de recuperação judicial, foi contratado o Escritório Nicola, Saragossa e Campos Advogados e para assessoria para elaboração do Plano e estratégia de Recuperação Judicial foi contratada a empresa CCamara Consultoria Empresarial.

Com Plano de Recuperação judicial a Recuperanda pretende (i) honrar com o pagamento dos credores; (ii) preservar as atividades; e (iii) manter-se como fonte geradora de riquezas, tributos e principalmente empregos;



O Plano de Recuperação Judicial propõe condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas e demonstra a viabilidade econômico-financeira da empresa, conforme anexos I e II deste documento, bem como a compatibilidade entre a proposta de pagamentos aos credores e a geração dos recursos financeiros nas condições e prazos propostos, consoante os artigos 50, 53 da Lei 11.101/2005.

1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Objetivo principal da recuperação judicial é viabilizar a superação da crise econômica-financeira do devedor. Pretende-se, com a recuperação judicial, na forma da lei, conciliar a manutenção e continuidade das atividades empresariais da Recuperanda com o pagamento dos credores, de forma a propiciar o cumprimento da função social da empresa.

Este Plano representa uma alternativa viável para o pagamento sustentável e ordenado das obrigações da Recuperanda, permitindo a manutenção da fonte produtora, dos empregos dos trabalhadores e do interesse dos credores, promovendo a preservação das empresas.

1.2. OBJETIVO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Este Plano tem o objetivo de permitir a Recuperanda superar a crise econômica-financeira e atender aos interesses dos credores, estabelecendo a fonte de recursos e um cronograma de pagamentos. Em função da viabilidade econômica e do valor agregado da Recuperanda, a manutenção das atividades é uma medida muito mais vantajosa para os credores do que a liquidação e a falência. Especificamente, o Plano proposto confere a cada um dos credores da Recuperanda um fluxo de pagamentos ordenado, que lhes assegure o melhor retorno possível de ser propiciado pela Recuperanda.

1.3. TERMOS E DEFINIÇÕES

Os termos e expressões abaixo sempre que utilizados, conforme apropriado neste documento, terão significado que lhes serão atribuídos neste item. As definições são aplicáveis no singular e no plural, no gênero masculino ou no feminino, sem que, com isso, tenham alteração de significado. A lista abaixo não prejudica outras definições que venham a ser introduzidas ao longo de todo o Plano de Recuperação Judicial.

“Administrador Judicial”: Dr. Felipe Luis de Paula e Souza, OAB/SP n.º 326.004, nomeado nos Autos da recuperação judicial;

“AGC”: Assembleia Geral de Credores, a ser convocada e instalada na forma prevista na LFR;

“Créditos Sujeitos”: são os créditos sujeitos aos efeitos do processo de recuperação judicial e existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com a Recuperanda;

“Créditos Trabalhistas”: são os créditos sujeitos de natureza trabalhista e/ou acidentária existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial contra a Recuperanda;

“Créditos com Garantia Real”: são os Créditos Sujeitos garantidos por penhor, hipoteca ou anticrese, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial contra a Recuperanda.

“Créditos Quirografários”: são os Créditos Sujeitos desprovidos de garantia real, cessão ou alienação fiduciária, ou qualquer tipo de propriedade fiduciária ou reserva de domínio;

“Créditos não Sujeitos”: são créditos que não eram sujeitos aos efeitos do processo de recuperação judicial, nos termos do artigo 49, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com a Recuperanda.

“Credores com Garantia Real”: são os credores titulares de créditos com garantia real;

“Credores não Sujeitos”: são credores titulares de créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do artigo 49;

“Credores Parceiros Financeiros”: são os credores titulares de créditos com garantia real ou quirografários que poderão financiar/fomentar a Recuperanda.

“Credores Sujeitos”: são credores titulares de créditos concursais, sujeitos aos efeitos da recuperação judicial;

“Credores Trabalhistas”: são credores titulares de créditos trabalhistas;

“Credores Quirografários”: são credores titulares de créditos quirografários;

“Data de Homologação”: data da publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial no Diário de Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo;

“Fisco”: trata-se de todas as entidades arrecadoras de tributos, impostos e contribuições, sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais;

“Juízo da Recuperação Judicial”: Juízo da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itu – SP;

“Avaliação Contábil de Ativos”: vide anexo III;

"Laudo de Viabilidade Econômico-Financeiro": vide anexo II;

"LRF": Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária – Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;

"Plano de Recuperação Judicial ou "Plano" ou "PRJ": trata-se deste documento, apresentado pela Recuperanda em atendimento ao artigo 53 da LRF;

"Projeção de Resultado Econômico-Financeiro": vide anexo I;

"Recuperanda": Cavicon.

2. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

2.1. BREVE HISTÓRICO

No mercado há 13 anos a Cavicon iniciou suas atividades com objetivo principal no desenvolvimento do aço armado para Construção Civil de seguimento residencial, atuando na região de Itu e cidades adjacentes.

A planta utilizada pela CAVICON na fase inicial de suas atividades possuía aproximadamente 1000 m² de área, conforme se verifica das imagens abaixo, sendo certo que, diante da qualidade em seus produtos e do diferencial no atendimento junto aos seus clientes, logo iniciou uma fase franca expansão, tornando-se pioneira nesse seguimento na região de Itu/SP.

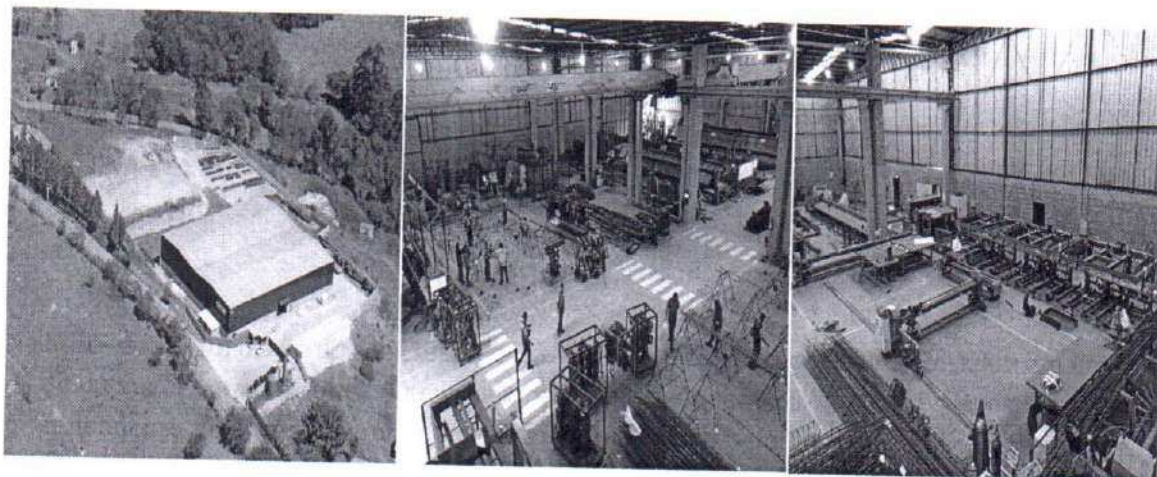


Imagens da Planta Antiga

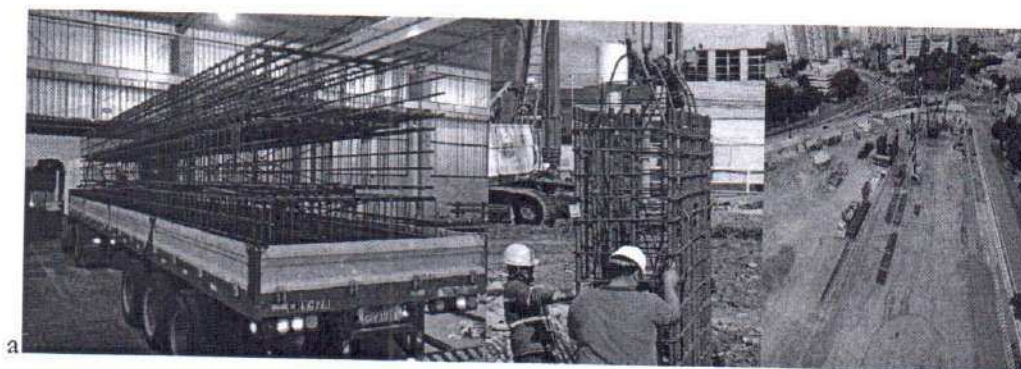
Focada na manutenção do seu crescimento, no ano de 2012, a CAVICON iniciou um processo de investimento em maquinário de ponta, capacitação de seus funcionários e estruturação física, visando atender, além de projetos residenciais, projetos prediais e de infraestrutura.

E por conseguinte, acabou por se tornar uma das empresas mais modernas da região, do ponto de vista tecnológico para atuar no seguimento da construção civil, contando com uma equipe técnica altamente qualificada e conhecida pelos grandes distribuidores de aço do mercado, tais como Gerdau, Votorantim, Arcelor Mittal, dentre outros.

Na busca da consolidação do seu crescimento, no ano de 2014, a CAVICON se instalou em uma área de 14.000 m², contando com 3.000 m² de área coberta, onde realizou diversos investimentos para o atendimento de obras de grande porte, especializando-se em desenvolver soluções para essas obras do ponto de vista estrutural, de modo que nas imagens a seguir, é nítido o processo de crescimento e evolução que a empresa desenvolveu:



Devido ao seu crescimento e expansão, a CAVICON firmou uma parceria com a Gerdau, uma das maiores fabricantes de aço do mercado, onde foi responsável pelo desenvolvimento de um sistema para fabricação de peças fora do canteiro de obras, para as estações da linha 6 do metrô de São Paulo, e sua operação teve como objetivo otimizar o sistema de trabalho do Consórcio responsável pela realização da obra.



Dentre os diversos projetos que a CAVICON esteve envolvida, destaca-se o desenvolvimento de itens para as obras do Rodoanel Mário Covas, além da participação de projetos para construtoras como Gafisa, Epson Engenharia, CPA, dentre outras.

Como dito, a CAVICON encontra-se instalada em um moderno e amplo parque fabril, com facilidade para a logística de seus produtos, e diante de todos os investimentos realizados, é totalmente capacitada para o desenvolvimento de novos projetos, produtos e soluções para a área da Construção Civil, de modo a obter ganhos de eficiência e qualidade, sem deixar de lado o desenvolvimento intelectual e profissional de seus funcionários.

Ademais, dentre os valores da Cavicon, pode ser destacado o comprometimento, a integração, ética e transparência, resultado, prontidão para mudanças, parceria com os clientes, respeito à vida, diversidade humana e cultural e o compromisso socioambiental. Vale destacar Cavicon conta hoje com aproximadamente 100 colaboradores entre diretos e indiretos.

Ainda, todos os seus colaboradores diretos recebem todos os benefícios legais, tais como: Vale transporte, vale refeição, vale alimentação, plano de saúde.

Como dito, não há como se negar a posição de destaque da Cavicon no mercado, o que demonstra a sólida posição alcançada desde a sua constituição.

A diretoria da Cavicon se preocupa com questões globais, envolvendo a sociedade e seus empregados, visando o bem social e comum daqueles que, junto à empresa, contribuem para o desenvolvimento do país.

Neste contexto, a Cavicon procurou sempre desenvolver e diversificar sua atuação no mercado onde exerce suas atividades, alcançando uma posição de destaque junto aos concorrentes, exercendo uma posição econômica muito importante para o bem comum.

2.2. EVOLUÇÃO E CAUSAS DA CRISE

Como visto, a Recuperanda possui posição de destaque junto ao seu segmento de mercado, exercendo suas atividades com sucesso e probidade junto a fornecedores e clientes, em sua maioria grandes empresas, mantendo o pagamento de seus compromissos com pontualidade e honestidade, apesar dos recorrentes problemas inerentes ao exercício da atividade brasileira.

Por conta da crise que a economia brasileira vem atravessando desde meados de 2015 e durante os anos de 2016, 2017 e 2018, houve abrupta redução no consumo interno, sem prejuízo do setor da construção civil ter sido um dos, senão o mais afetado, culminando numa crise no seguimento da Cavicon como um todo.

Devido às grandes mudanças e instabilidade de mercado ocorridas principalmente nesses últimos anos, a empresa vem passando por um período de grandes perdas de margem e deterioração, seja por conta da brusca redução no consumo junto à população, seja por conta da crise que afetou e ainda afeta o setor da construção civil.

O primeiro grande impacto vivenciado pela Cavicon foi a suspensão e a paralização de diversas obras de infraestrutura que se encontravam em curso no país por conta dos desdobramentos da operação lava-jato junto às grandes empreiteiras.

Posteriormente, a crise econômica atingiu as grandes construtoras do setor imobiliário, culminando em um processo de desaceleração acentuada de novos lançamentos e nas obras em curso, sendo certo que diversas construtoras tiveram sua falência decretada ou ingressaram com pedido de recuperação judicial. Tais fatos impactaram diretamente as atividades da Cavicon que além da redução no volume de vendas, ainda vivenciou um severo aumento na inadimplência.

Apenas a título exemplificativos, no ano de 2012 a empresa processava uma média mensal de 290 toneladas de aço, chegando a processar 700 toneladas ao mês no ano de 2015. No entanto a partir do início da crise econômica que o país vem enfrentando os volumes foram sendo reduzidos mês a mês.

No mais, além dos fatos acima expostos, as oscilações do preço do aço também impactaram nos volumes e nas margens de contribuição, chegando-se ao cenário de crise que a Cavicon vivencia nos dias atuais.

Muitas medidas foram adotadas na tentativa de atravessar o momento de crise, tais como, corte de custos, renegociação com os credores, redimensionamento da estrutura, entretanto, a demora do mercado e do país para reagir a crise que já perdura por 3 anos tornou a Cavicon incapaz de honrar com seus compromissos de curto prazo.

Outrossim, anote-se que a Cavicon buscou no mercado recursos financeiros para implementar seus negócios. Todavia, os financiamentos bancários anteriormente contraídos para manter e expedir suas operações, associado com a severa redução do consumo e dos fatores acima elencados, fez com que a Cavicon venha pagando altas taxas de juros, por conta do capital adquirido no mercado financeiro, fator este que culminou no esgotamento de seus recursos e, conseqüentemente, também contribuiu com o agravamento da situação financeiro do grupo.

E com a crise, os juros para aquisição de capital de giro estão ficando ainda mais elevados. A escassez de crédito se alastrou, prejudicando a Recuperanda e seus clientes diretamente, fazendo com que se tornasse inviável o cumprimento de obrigações a curto prazo.

Em consequência disto, a Recuperanda se encontra em episódica crise econômico – financeira, apesar dos mais diligentes esforços de seu corpo diretivo para vencê-la.

Já transbordam no noticiário econômico manchetes jornalísticas que retratam a dificuldade em se obter financiamentos para capital de giro, enquanto os lucros das Instituições Financeiras batem recordes.

A situação adversa que a Recuperanda enfrenta nesta contingência é de caráter meramente episódico e a recuperação judicial propiciará o saneamento rápido e garantido de seu quadro crítico.

Tradição, vontade e experiência de seu corpo diretivo, somadas às características altamente dinâmicas de sua atividade, garantem a recuperação.

A Recuperanda entende possuir todas as condições para superar esse período adverso. Trata-se de um grupo tradicional, com marca forte, bons clientes e parceiros, o que culmina na clara e conseqüente reestruturação empresarial exitosa.

Possui ativos valiosos, equipes dedicadas e know-how invejável. E espera contar com o apoio do Estado e de seus principais credores para que se recupere e permaneça gerando empregos, pagando impostos e fazendo circular riquezas para o bem do País.

Nesse cenário, é fundamental que a Cavicon conte com a possibilidade de readequar o fluxo de pagamento de seu passivo mediante a concessão de uma Recuperação Judicial, com o fito de ajustar os desembolsos necessários com o seu faturamento, observando-se o equilíbrio financeiro exigido para completa quitação de todos os seus débitos, especialmente, aqueles de curto prazo.

Portanto, a transitoriedade do abalo financeiro da Recuperanda também pode ser verificado quando observamos sua situação econômica, pois seu patrimônio e sua capacidade produtiva são inspiradores de total e absoluto respeito, sendo certo que essa situação temerosa é passageira e será superada.

3. PLANO DE RECUPERAÇÃO – IMPLEMENTAÇÃO E PREMISSAS

3.1. PLANEJAMENTO OPERACIONAL

A partir do pedido de recuperação judicial, a Recuperanda tem a oportunidade de redefinir pontos estratégicos na operação e, através dos administradores e colaboradores, desenvolveram um plano de reestruturação com ações para as áreas administrativas, comercial e financeira.

Visando as melhorias necessárias para permitir a empresa voltar à lucratividade e consequentemente cumprirem com a liquidação dos débitos e alcançarem a manutenção a médio e longo prazo, o que depende, não só da solução da atual situação de endividamento, mas também, e fundamentalmente, da capacidade de geração de caixa, as medidas identificadas no Plano de Reestruturação Financeiro-Operacional estão fundamentadas nas decisões do item a seguir.

A Recuperanda está adequando a estrutura operacional e administrativa e implementando as primeiras ações desde o pedido de recuperação judicial. Sendo assim, são apresentadas, abaixo, as principais premissas utilizadas para a confecção do plano de recuperação e reestruturação.

3.1.1. BASES DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRO OPERACIONAL

Após o pedido de Recuperação Judicial a Recuperanda, através de sua diretoria e das suas unidades de negócio, desenvolveram um plano de reestruturação financeiro-operacional visando à lucratividade necessária para permitir a liquidação de seus débitos e a manutenção de sua viabilidade, a médio e longo prazo, o que depende não só da solução da atual situação de endividamento, mas também, e fundamentalmente, da melhoria de sua capacidade de geração de caixa. As medidas identificadas no Plano de Reestruturação Financeiro-Operacional estão fundamentadas nas seguintes decisões estratégicas:

Área Comercial

- Reestruturação de políticas comerciais em relação às margens visando a readequação do mix de produtos e comercialização dos itens mais rentáveis;
- Exploração de novos nichos de mercado;
- Plano orçamentário de vendas, com metas para todos os segmentos de atuação;

Área Administrativa

- Programa de redução de gasto com pessoal, horas extras e redução de despesas fixas, evitando gastos desnecessários, desperdícios e ações sem planejamento;
- Fortalecimento da política de recursos humanos para que contemple: otimização de resultados, profissionalização, melhorias no processo de seleção, treinamento e valorização social e profissional dos colaboradores internos visando à redução dos custos de pessoal;
- Fortalecimento organizacional e da responsabilidade estratégica de tomada de decisão para alcançar metas e assegurar a aderência das ações aos planos;
- Formar as novas diretrizes de administração e dar suporte à área comercial através de uma análise SWOT (*strenghts*-forças, *weaknesses*-fraquezas, *opportunities*-oportunidades e *threats*-ameaças).

Área Financeira

- Busca de novas linhas de crédito, menos onerosas e mais adequadas;
- Renegociação de tarifas bancárias;
- Renegociação do passivo não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, de forma a equacionar o pagamento dos acordos conforme seu fluxo de caixa;
- Implantação de relatórios gerenciais para análise de resultados econômicos e financeiros;
- Implantação da área de controladoria e fornecimento de base sustentável a todas as decisões estratégicas.
- Implantação de ferramentas de controles financeiros e operacionais, simuladores de preços, margens e análise de resultados.

Área Operacional

- Plano de redução dos custos fixos para melhoria da margem operacional, bem como redução de custos, mediante análise de processos para melhoria da margem de contribuição;

- Investimentos e readequações para otimização das operações;
- Planejamento de compras com base em indicadores de desempenho, buscando equacionamento entre as entradas de produtos necessárias com a receita gerada;
- Redefinição dos fluxos de processos e redistribuição das tarefas;

4. MERCADOS

Com impacto direto no mercado da construção civil, a instabilidade da economia brasileira foi o principal motivo para os resultados negativos que ocorreram nos últimos anos. A necessidade de estabilidade no governo, por sua vez, também é fundamental para que possam ser realizados mais investimentos em setores que movimentam obras de infraestrutura e programas de moradia. Se por um lado, a demanda necessita de financiamentos governamentais para compra de imóveis, por outro, as empresas necessitam de financiamentos para realizar as obras e também de uma demanda crescente para investir em novos projetos.

Outrossim existe uma estimativa de melhora na economia para os próximos anos. O Sebrae realizou a publicação Cenário Prospectivos da Construção Civil no Brasil, que levanta os dois fatores citados acima e aponta três panoramas do que pode ocorrer nesse ano e para os próximos anos. De acordo com o Sebrae, há expectativa de retomada da governabilidade com potencial estabilidade econômica, a política e a economia podem ficar em sintonia, gerando crescimento. Segundo informações extraídas do estudo do Sebrae, o PIB da Construção, em um cenário realista, deve crescer 2,6%; em um cenário otimista, deve ter aumento de 3,3%; e já em um cenário pessimista, deve ter queda de 0,5%.

A indústria do aço

O Aço é uma liga de ferro e carbono, produzido, basicamente, a partir de minério de ferro, carvão e cal. Sua fabricação pode ser dividida em quatro etapas: Preparação da carga, redução, refino e laminação.

A produção de aço no mundo cresceu 5,3% em 2017 em relação ao ano anterior, só a China produziu 831 milhões de toneladas de aço no de 2017.

PRODUÇÃO ANUAL DE AÇO BRUTO

Em bilhões de toneladas

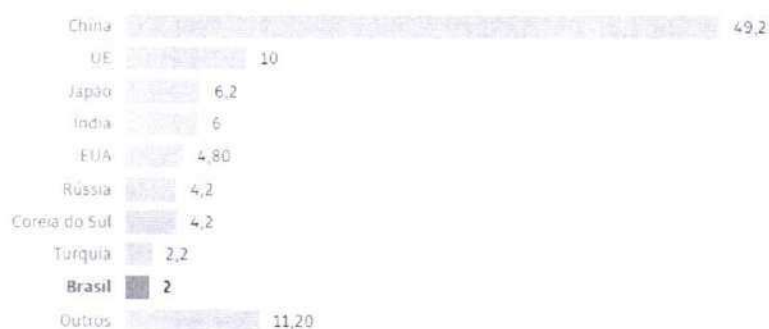


Fonte: Instituto Aço Brasil e World Steel Association

A china é líder em produção e exportação.

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO BRUTO EM 2017

Em %



O Brasil produziu 34,4 milhões de toneladas de aço em 2017, sendo 22,5 milhões delas de aços laminados. Os tipos mais usados dos aços laminados no país são o vergalhão (Construção) e bobinas a quente (Indústria).

O Setor é formado por 14 empresas privadas, controladas por 11 grupos empresariais, operando 30 usinas distribuídas por 10 estados brasileiros.

MG e RJ são responsáveis, cada um por 30,8% da produção de aço do país.

PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Em %



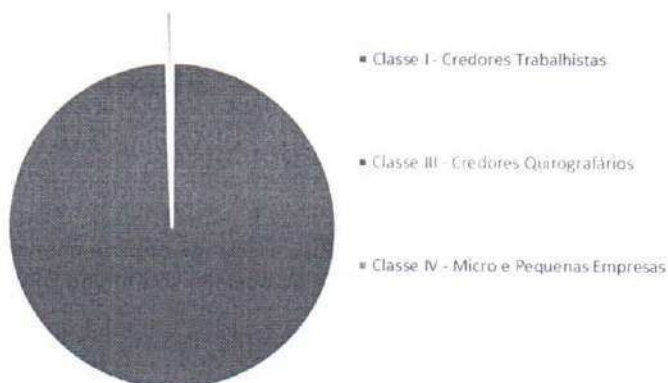
5. LISTA DE CREDITORES DA RECUPERANDA

CREDITORES	VALORES
Classe I - Credores Trabalhistas	5.352
Classe III - Credores Quirografários	14.621.458
Classe IV - Micro e Pequenas Empresas	81.198
TOTAL LISTA DE CREDITORES	14.708.008

Obs.: Os valores em moeda estrangeira USD e EUR foram estimados conforme valor convertido pelo dólar PETAX e EURO na data de entrega do plano.

Valores em Reais (R\$)

Gráfico de Representatividade por Classe de Credores



6. MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A seguir, apresenta-se os meios contidos no artigo 50 da Lei 11.101/2005, que poderão ser utilizados para viabilizar a superação de crise econômica e financeira da Recuperanda:

- I. Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- II. Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade e constituição de subsidiária integral, ou cessão integral de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios;
- III. Alteração do controle societário;
- IV. Equalização de encargos financeiros relativos aos débitos sujeitos;
- V. Novação de dívidas do passivo sem constituição de novas garantias;

IX. Dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros;

XI. Venda parcial dos bens.

6.1. ORIGEM DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS CREDORES

A Recuperanda continuará a desempenhar normalmente as funções, mantendo as atividades empresariais, gerando receitas e empregos e inclusive prevendo aumento nas vendas para os próximos anos e recompondo o espaço que sempre ocupou no mercado atuante.

De forma a demonstrar a geração de caixa e a consequente capacidade de pagamento aos credores com os recursos futuros, foram elaboradas projeções econômico/financeiras. Todas as premissas que embasaram a elaboração das projeções de receitas e resultados e também de fluxo de caixa, estão descritas no Anexo I deste Plano. As projeções consideram as bases do Plano de Reestruturação Financeiro-Operacional, além dos efeitos de todas as premissas operacionais e financeiras da atividade comercial e os efeitos do plano de pagamentos aos credores.

Dessa forma, conforme já exposto no item 3, o produto total de recursos/caixa que será gerado através da continuidade das atividades, servirá para o pagamento dos credores conforme disposto adiante.

6.2. VIABILIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO

Este plano foi elaborado tomando por base as projeções econômico/financeiras e prevê como forma de reestruturação do endividamento da Recuperanda, a adequação do perfil e o alongamento do prazo para pagamento, a fim de possibilitar aos credores uma forma de recebimento de seus créditos mais vantajosa do que a forma de recebimento que ocorreria em eventual hipótese de falência e consequente liquidação dos ativos da Recuperanda.

O pagamento dos créditos estabelecido neste Plano observa o fluxo de caixa da empresa, conforme previsto no Anexo I e está em consonância com a capacidade de pagamento.

As projeções econômico/financeiras demonstradas no Anexo I, lastreadas nas expectativas e premissas adotadas pela Recuperanda, consultores financeiros e legais, é operacional, econômica e financeiramente viável, conforme atestado pelo estudo de demonstração de viabilidade econômica, objeto do Laudo Econômico Financeiro que integra este Plano como Anexo II.

7. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES

Considerando a programação operacional e financeira de geração de fluxo de caixa prevista no anexo I deste Plano, os créditos sujeitos a recuperação judicial serão equacionados e pagos nos termos deste capítulo.

A premissa adotada para a elaboração dessa proposta, é que seja condizente com a capacidade de pagamento demonstrada pelas projeções econômico-financeiras (anexo I), de forma a viabilizar a superação da crise vivenciada atualmente.

As projeções de resultados e de fluxo de caixa são demonstradas no anexo I deste Plano, que considera, além dos efeitos de todas as premissas operacionais e financeiras, os efeitos do plano de pagamentos aos credores. Todos os prazos de pagamento de parcelas aqui previstos serão computados com base na Data de Homologação.

7.1. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES TRABALHISTAS

Os Créditos Trabalhistas serão pagos de acordo com o artigo 54 da Lei 11.101/2005, recebendo o valor integral de seus créditos até o décimo segundo mês após a Data de Publicação no DJE da Decisão de Homologação do Plano.

Ressalta-se que havendo a inclusão de algum Credor Trabalhista ao longo do período contemplado nas projeções econômico-financeiras e neste Plano, e sendo esse sujeito aos efeitos da recuperação judicial, será pago em até 12 (doze) meses após o trânsito em julgado da sentença que determinar a habilitação de seu crédito no processo de recuperação judicial.

7.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS

7.2.1. PROPOSTA DE PAGAMENTO

A Recuperanda pagará 50% (cinquenta por cento) dos Créditos Quirografários, exceto Credores Fornecedores de Aço conforme Cláusula 7.2.2, constantes na relação de credores apresentada nos autos, em pagamentos que se iniciarão no 18º. (décimo oitavo mês) após a Data de Publicação no DJE da Decisão de Homologação do Plano, sendo:

- I. Pagamento de 1 (uma) parcela anual no valor de R\$ 273.000,00 (Duzentos e setenta e três mil reais) que será distribuída linearmente entre os credores, até o limite do respectivo crédito;
- II. Pagamento do saldo aos credores remanescentes em 10 (dez) parcelas anuais, iguais e sucessivas, conforme os valores apresentados no quadro a seguir, vencendo-se a primeira no trigésimo mês após a Data de Homologação.

Fluxo de pagamento dos Créditos Quirografários

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12
-	273	455	455	455	455	455	455	455	455	455	455

Obs: Valor da parcela em milhares de reais (R\$)

- III- O valor de cada parcela anual será distribuído indistintamente entre os credores de forma proporcional ao saldo devedor individual de cada Credor perante o total devido no momento de cada pagamento.
- IV- Os valores em moeda estrangeira, para efeito das projeções, foram estimados conforme conversão pela taxa PTAX, opção "Venda" divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data anterior a entrega

do Plano de Recuperação Judicial e serão convertidos pela PTAX, opção "Venda" divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data anterior a data efetiva de pagamento.

- V- A cada vencimento, haverá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar o pagamento de todos os credores, em função da quantidade de credores a serem pagos a cada parcela e o valor das parcelas previstas nos itens (I) e (II) acima, serão deduzidas dos valores apurados conforme as propostas de aceleração de pagamento contidas no item 7.5 deste Plano.

7.2.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES QUIROGRAFÁRIOS – FORNECEDORES DE AÇO

Os Credores Quirografários fornecedores de Aço terão condições preferenciais no recebimento de seus créditos, com o objetivo de evitar o rompimento das atividades.

A Recuperanda pagará 100 % (cem por cento) dos Créditos Quirografários para os fornecedores de aço constantes na relação de credores apresentada nos autos, em pagamentos que se iniciarão no décimo oitavo mês após a Data de Publicação no DJE da Decisão de Homologação do Plano, sendo:

- I- Pagamento de 11 (onze) parcelas anuais no valor de R\$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), iguais e sucessivas, conforme os valores apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de pagamento dos Créditos Quirografários Fornecedores de Aço.

Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12
-	452	452	452	452	452	452	452	452	452	452	452

Obs: Valor da parcela em milhares de reais (R\$)

- II- O valor de cada parcela anual será distribuído indistintamente entre os credores de forma proporcional ao saldo devedor individual de cada Credor perante o total devido no momento de cada pagamento.
- III- Os valores em moeda estrangeira, para efeito das projeções, foram estimados conforme conversão pela taxa PTAX, opção "Venda" divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data anterior a entrega do Plano de Recuperação Judicial e serão convertidos pela PTAX, opção "Venda" divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data anterior a data efetiva de pagamento.
- IV- A cada vencimento, haverá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar o pagamento de todos os credores, em função da quantidade de credores a serem pagos a cada parcela e o valor das parcelas previstas nos item (I) acima, serão deduzidas dos valores apurados conforme as propostas de aceleração de pagamento contidas no item 7.5 deste Plano.

7.4. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS

Os créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, inclusive os trabalhistas, serão atualizados e remunerados pela TR - Taxa Referencial, criada pela lei Nº. 8177/91, de 01.03.1991 e resolução CMN – Conselho Monetário Nacional – no. 2.437, de 30.10.1997, acrescidos de juros pré-fixados de 3% (três por cento) ao ano e, quando em Moeda Estrangeira, pela Libor USD (London Interbank Offered Rate) de 12 meses e pela Libor EURO de 12 meses, divulgada pela Thomson Reuters, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, que começarão a incidir a partir da Data de Homologação.

Os pagamentos de juros e atualização monetária ocorrerão juntamente com os pagamentos do principal e serão calculados aplicando os índices propostos sobre o valor de cada parcela. Os juros serão calculados mensalmente, pelo sistema de juros compostos, e incidirão sobre a parcela corrigida. Caso os índices propostos venham a ser extintos, passarão a valer os novos índices que vierem a substituí-los.

7.5. PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO ACELERADA FORNECEDORES DE AÇO

Além da proposta apresentada no item 7.2 deste Plano, a Recuperanda possibilitará aos Credores Quirografários uma forma de recebimento dos créditos de forma acelerada. Tal proposta contribuirá de forma estratégica para se conseguir alcançar os objetivos traçados, bem como garantir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, uma vez que a empresa continua dependente das parcerias de fornecimento de produtos, serviços e de linhas de créditos que ocorriam anteriormente ao pedido de recuperação judicial.

Esta proposta de pagamento acelerado a esses credores é redutora da proposta apresentada no item 7.2, ou seja, o valor apurado com essas propostas de aceleração (itens 7.4.1 e 7.4.2 a seguir) será deduzido do valor das parcelas anuais apresentadas no quadro do item 7.2 e o saldo resultante, será distribuído aos credores conforme proposto, garantindo dessa forma, que haverá recursos suficientes para cumprir com as propostas de pagamento apresentadas.

Os pagamentos de aceleração poderão antecipar o fluxo de pagamento previsto, reduzindo o prazo de pagamento para os credores quirografários que aderirem a esta condição.

Para a proposta de aceleração os Créditos Quirografários foram divididos em dois grupos: “Créditos de Parceiros Operacionais” e “Créditos de Parceiros Financeiros”, no qual para cada grupo haverá uma proposta de pagamento acelerado distinta, conforme a seguir:

- No grupo de Créditos de Parceiros Operacionais fornecedores de aço estão inclusos: todos os créditos provenientes de fornecimento de produtos e materiais de qualquer natureza, de prestadores de serviços e demais créditos que não se enquadrem no grupo de créditos financeiros;
- No grupo de Créditos de Parceiros Financeiros estão inclusos: todos os créditos provenientes de instituições financeiras, factorings, fundos de investimento, contratos de mútuo ou qualquer outra modalidade em que foi transacionado recursos financeiros.

7.5.1. CRÉDITOS DE PARCEIROS OPERACIONAIS FORNECEDORES DE AÇO

Os Credores que se enquadrarem neste grupo e que concordem com esta proposta, fomentando à Recuperanda através de novos fornecimentos, viabilizando a continuidade dos negócios e geração de caixa para pagamento do passivo, poderão receber seus créditos de forma acelerada.

A manutenção dos fornecimentos por parte dos credores contribuirá para a sustentação do nível de atividade, conforme projetado, e consequentemente com a geração de caixa para o pagamento do passivo.

O valor a ser pago a título de aceleração, será calculado através da aplicação dos percentuais descritos abaixo sobre o valor dos novos fornecimentos, nos termos das regras a seguir:

- a. O período de apuração dos novos fornecimentos ocorrerá trimestralmente e a primeira apuração será calculada sobre as compras realizadas no primeiro trimestre a partir da Data de Homologação e as demais sucessivamente a primeira;
- b. Os pagamentos das amortizações aceleradas serão realizados em até 30 (trinta) dias após o fechamento do trimestre de apuração. Assim, na primeira apuração trimestral, o pagamento poderá ocorrer até o final do quarto mês após a Data de Homologação;
- c. O Prazo Médio, em número de dias, será calculado ponderadamente pelo valor dos novos fornecimentos realizados ao longo de cada trimestre;
- d. Os Credores Parceiros Operacionais fornecedores de aço que realizarem novos fornecimentos com a condição de pagamento "a vista" ou com Prazo Médio inferior a 30 (trinta) dias para pagamento, receberão 3% (Três por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento de amortização acelerada;
- e. Os Credores Parceiros Operacionais fornecedores de aço que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo de 30 (trinta) dias para pagamento, receberão 5% (cinco por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento de amortização acelerada;
- f. Os Credores Parceiros Operacionais fornecedores de aço que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias para pagamento, receberão 8% (oito por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento de amortização acelerada;
- g. Os Credores Parceiros Operacionais fornecedores de aço que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo de 60 (sessenta) dias para pagamento, receberão 10% (dez por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento de amortização acelerada;
- h. Os Credores Parceiros Operacionais fornecedores de aço que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo de 90 (noventa) dias para pagamento, receberão 12% (doze por cento) do valor total dos novos fornecimentos, como pagamento de amortização acelerada;
- i. Os Credores Parceiros Operacionais fornecedores de aço que realizarem novos fornecimentos com Prazo Médio mínimo superior a 90 (noventa) dias para pagamento, receberão 2% (dois por cento) a mais, do valor total dos novos fornecimentos, a cada 30 (trinta) dias adicionais de concessão de prazo, como pagamento de amortização acelerada.

Os pagamentos de amortização acelerada ocorrerão até a quitação integral do Credor que participar desta condição ou condicionado ao término dos pagamentos dos Credores Quirografários, previsto para ocorrer ao final do décimo ano após a Data de Homologação.

Ressalta-se que a Recuperanda terá total gerência sobre as compras, ficando ao seu exclusivo critério, aceitar ou não as condições de fornecimento (preço, prazo, quantidade etc.) apresentadas pelo fornecedor.

7.5.2. CRÉDITOS DE PARCEIROS FINANCEIROS

Os Credores que se enquadrarem neste grupo e que concordem com esta proposta de aceleração de pagamento, destinando novos recursos financeiros através de novos empréstimos e financiamentos para a Recuperanda após a Data de Homologação, terão direito a 5% (cinco por cento) dos novos recursos para pagamento de amortização acelerada do crédito sujeito aos efeitos da recuperação judicial. Destaca-se que não se enquadram nessa forma de pagamento acelerado, as operações de desconto de recebíveis, fomento e cheque especial.

Todas as condições de fornecimento (valor, prazo, taxas, garantias etc.) desses novos recursos, serão livremente pactuadas entre a Recuperanda e os Credores Parceiros Financeiros, ficando sobre a exclusiva gerência da empresa o aceite ou não das condições propostas. Os pagamentos de amortização acelerada ocorrerão até a quitação integral do Credor Parceiro Financeiro que participar dessa condição ou condicionado ao término dos pagamentos aos Credores Quirografários, previsto para ocorrer ao final do décimo segundo ano após a Data de Homologação.

7.6. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES COM GARANTIA REAL

Na atual lista de credores do processo de recuperação judicial não há créditos na classe com Garantia Real. Caso haja a inclusão de algum Credor com Garantia Real no decorrer do processo, seja na lista de credores do Administrador Judicial ou outra que vier a substituí-la, a proposta de pagamento a esta classe será a mesma dos Créditos Quirografários, conforme descrito nos itens 7.2, 7.3 e 7.4 deste Plano de Recuperação Judicial.

7.7. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

7.7.1. PROPOSTA DE PAGAMENTO

Para esta classe de credores a proposta consiste no pagamento de 50% (cinquenta por cento) dos Créditos Micro e Pequenas Empresas, constantes na relação de credores apresentada nos autos, em pagamentos que se iniciarão no 18º. (décimo oitavo mês) após a Data de Publicação no DJE da Decisão de Homologação do Plano, sendo:

I - Pagamento de 1 (uma) parcela no valor de R\$ 40.423 (Quarenta mil quatrocentos e vinte e três reais) que será distribuída linearmente entre os credores, até o limite do respectivo crédito;

Fluxo de pagamento dos Créditos Micro e Pequenas Empresas:

Ano 1	Ano 2
-	40

Obs.: Valor da parcela em milhares de reais (R\$)

7.9. CREDORES NÃO SUJEITOS

No atual endividamento da Recuperanda não há créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial. Caso algum contrato celebrado entre a Recuperanda e qualquer Credor venha a ser considerado não sujeito aos efeitos da recuperação judicial, por força do artigo 49 da LRF, o mesmo será negociado individualmente de acordo com a particularidade de cada crédito.

7.10. DISTRIBUIÇÃO DE PAGAMENTOS

Destaca-se que com o pagamento linear das parcelas no segundo ano, teremos 100% dos créditos de micro e pequenas empresas e 40% dos créditos quirografários liquidados integralmente.

7.11. RESUMO DAS PROPOSTAS DE PAGAMENTO AOS CREDORES

Credores Trabalhistas:

- Provenientes de ações e rescisões, terão o pagamento integral do valor da lista de credores em até 12 (doze) meses após a Data de Publicação no DJE da Decisão de Homologação do Plano;
- Remuneração de TR + 3% (um por cento) ao ano.

Credores Quirografários (exceto fornecedores de aço)

- Pagamento de 50% (sessenta por cento) sobre o valor total devido;
- Pagamento de 1 (uma) parcela anual no valor de R\$ 273.000,00 (Duzentos e setenta e três mil reais) no 18º. (décimo oitavo mês) após a Data de Publicação no DJE da Decisão de Homologação do Plano, que será distribuída linearmente entre os credores, até o limite do respectivo crédito;
- Pagamento do saldo aos credores remanescentes em 10 (onze) parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira no trigésimo mês após a Data de Homologação.
- Valores em Reais terão remuneração de TR + 3% (três por cento) ao ano;

- Os valores em moeda estrangeira, serão convertidos pela PTAX, opção "Venda" divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data anterior a data efetiva de pagamento e corrigidos pela Libor USD (London Interbank Offered Rate) de 12 meses e pela Libor EURO de 12 meses, divulgada pela Thomson Reuters, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, que começarão a incidir a partir da Data de Homologação.

Credores Quirográficos Fornecedores de Aço

- Pagamento de 100% (sessenta por cento) sobre o valor total devido;
- Pagamento de 11 (onze) parcelas anuais de R\$ 452.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), vencendo a primeira até o 18º. (décimo oitavo mês) após a Data de Publicação no DJE da Decisão de Homologação do Plano, que será distribuído indistintamente entre os credores de forma proporcional ao saldo devedor individual de cada Credor perante o total devido no momento de cada pagamento.
- Valores em Reais terão remuneração de TR + 3% (três por cento) ao ano;
- Os valores em moeda estrangeira, serão convertidos pela PTAX, opção "Venda" divulgada pelo Banco Central do Brasil, na data anterior a data efetiva de pagamento e corrigidos pela Libor USD (London Interbank Offered Rate) de 12 meses e pela Libor EURO de 12 meses, divulgada pela Thomson Reuters, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, que começarão a incidir a partir da Data de Homologação.

Credores Micro e Pequenas Empresas

- Pagamento de 50% (quarenta por cento) sobre o valor total devido, ou pagamento de 100% (cem por cento) sobre o valor total devido;
- Pagamento de uma parcela de R\$ 40.423,00 (Quarenta mil quatrocentos e vinte e três reais), até o 18º. (décimo oitavo mês) após a Data de Publicação no DJE da Decisão de Homologação do Plano, distribuída linearmente, respeitado o valor do crédito e deduzido os valores pagos de aceleração.
- Remuneração de TR + 3% (três por cento) ao ano.

8. CRÉDITOS CONTINGENTES – IMPUGNAÇÕES DE CRÉDITO

Os créditos listados na relação de credores do Administrador Judicial poderão ser modificados, e novos créditos poderão ser incluídos no quadro geral de credores, em razão do julgamento dos incidentes de habilitação, divergências, ou impugnação de créditos ou acordos, sendo certo que o prazo de pagamento previsto no plano iniciar-se-á a partir do trânsito em julgado da decisão que determinar a inclusão do crédito.

Se novos créditos forem incluídos no quadro geral de credores, conforme previsto acima, esses credores receberão seus pagamentos nas mesmas condições e formas estabelecidas neste Plano, de acordo com a classificação que lhes será atribuída, sem direito aos rateios de pagamentos eventualmente já realizados.

Destaca-se ainda que, qualquer alteração na lista de credores que deu base a proposta de pagamentos contida neste Plano, acarretará somente na alteração do prazo de pagamento previsto, visto que, em nenhuma hipótese haverá alterações nos valores das parcelas anuais propostas no item 7.2, em virtude do fluxo de caixa. Caso ocorra a majoração da lista de credores, a Recuperanda continuará pagando o mesmo valor de parcela prevista em cada ciclo de pagamento, alterando-se, porém, o percentual de pagamento dos Credores do mesmo grupo para comportar o pagamento do valor adicional. O valor adicional do Crédito majorado será pago a partir da data do seu reconhecimento e o seu titular não terá direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.

9. PASSIVO TRIBUTÁRIO

Foi prevista a destinação de parte da geração de caixa para a manutenção dos atuais parcelamentos tributários, conforme também descrito nas premissas da Projeção de Resultado Econômico-Financeiro, anexo I deste Plano.

Por se tratar de Credor não sujeito aos procedimentos da recuperação judicial e não ser uma proposta vinculante, caso por qualquer motivo não sejam realizados os pagamentos ao Fisco previstos neste Plano, não será caracterizado descumprimento de obrigação assumida no Plano de Recuperação Judicial, nos termos § 1º do artigo 61 da LRF.

10. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA PROPOSTA DE PAGAMENTO

As projeções apresentadas no anexo I deste Plano demonstram que a Recuperanda possui plena condição de liquidar a dívida sujeita aos efeitos da recuperação judicial, honrar com os compromissos não sujeitos, incluindo-se o passivo fiscal, sustentar a atividade durante o período de recuperação e após o mesmo, para se manter competitiva perante o mercado e reverter de maneira significativa a atual situação, tendo em vista os seguintes pontos:

- A geração de caixa durante esse período, conforme o anexo I, é plenamente suficiente para a liquidação das dívidas sujeitas a recuperação judicial e do passivo fiscal, bem como para a manutenção das atividades e com o pagamento pontual dos novos compromissos a serem assumidos;
- Todas as premissas e ações de melhoria apresentadas no item 4 deste Plano, das quais parte já estão sendo implantadas, o comprometimento do administrador da empresa e da equipe de colaboradores com os objetivos traçados, são fatores altamente positivos e que tendem a garantir o sucesso do Plano apresentado.

11. FORMA DE PAGAMENTO AOS CREDITORES

Os pagamentos serão realizados nos termos deste Plano diretamente nas contas bancárias dos credores por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Depósito Bancário ou moeda corrente e o simples recibo de transferência /depósito servirá como

forma de comprovação do pagamento ao Credor. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário ou qualquer outro meio senão os previstos neste plano.

11.1. INFORMAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS

Todos os credores deverão enviar para o e-mail adm@cavicon.com.br e carta com aviso de recebimento (AR) a sede da Recuperanda, aos cuidados do Departamento Financeiro, no endereço Estrada Municipal Augusto Zanoni, 2.801, Jardim Emicol, Cep: 13312-830, Itu – SP, com os dados completos para pagamento: i) nome e número do banco; ii) número da agência e conta corrente; iii) nome completo ou nome empresarial; e iv) C.P.F. ou C.N.P.J a partir da Data de Publicação no DJE da Homologação do Plano de Recuperação Judicial e até o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência da data do primeiro pagamento.

A conta bancária para pagamento deverá obrigatoriamente ser de titularidade do Credor, caso contrário, deverá obter autorização judicial para pagamento em conta de terceiros. Da mesma forma, caso o Credor altere sua conta durante o prazo de cumprimento do Plano, deverá enviar nova carta com aviso de recebimento (AR) a sede da Recuperanda, indicando os novos dados e respeitando o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência da data de cada pagamento.

Na hipótese de não envio da correspondência contendo os dados bancários para depósito dentro do prazo estabelecido neste plano, o prazo de pagamento previsto para a respectiva classe passará a fluir do cumprimento de tal ato. Da mesma forma, o credor não terá direito às distribuições que já tiverem sido realizadas anteriormente.

Caso o Credor não envie a carta com os dados para a transferência /depósito, os valores devidos a este determinado Credor permanecerão no caixa da Recuperanda, até que esses cumpram com tal procedimento, ocorrendo o pagamento sempre 30 (trinta) dias após o recebimento dessa, sem ônus adicionais, como multa, correção monetária e juros, em razão de os credores não terem informado tempestivamente suas contas bancárias.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de os credores não terem informado suas contas bancárias, não serão considerados como descumprimento do Plano.

11.2. DATA DO PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser realizados nas datas dos respectivos vencimentos, tendo como base o dia da Data de publicação da Homologação. Na hipótese de qualquer pagamento deste Plano estar previsto para ser realizado em um dia que não seja considerado dia útil, o referido pagamento deverá ser realizado, conforme o caso, imediatamente no próximo dia útil.

Os pagamentos não realizados na data do vencimento serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

12. PUBLICIDADE DOS PROTESTOS

Uma vez aprovado o Plano de Recuperação Judicial, com a novação de todos os créditos sujeitos ao mesmo, pela decisão que conceder a recuperação judicial, todos os credores concordarão com a suspensão da publicidade dos protestos efetuados e todos os apontamentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido, nos termos aprovados, ordem essa que poderá ser proferida pelo Juízo da RJ a pedido da Recuperanda desde a Data de Homologação e consequente concessão da recuperação judicial.

Após o pagamento integral dos créditos nos termos e formas estabelecidas neste Plano, os respectivos valores serão considerados integralmente quitados e o respectivo Credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se o caso, carta de anuência /instrumento de protesto para fins de baixa definitiva dos protestos.

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores (as empresas e seus dirigentes) que mantiverem os protestos vigentes enquanto o Plano estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou após a quitação dos débitos.

13. ATIVOS FIXOS

Fica garantida à empresa a plena gerência dos ativos, restando autorizado, com a aprovação do Plano, a alienação de até 30% (trinta por cento) de seus ativos móveis e imóveis. Da mesma forma, fica permitida a disponibilização de bens, para penhor, arrendamento, hipoteca ou alienação fiduciária em garantia, respeitadas, quanto à valoração dos bens, as premissas válidas para o mercado.

Desse modo, fica garantida a empresa a plena e ágil gerência dos ativos móveis e imóveis, desde que não implique em redução das atividades ou quando a venda se seguir de reposição por outro ativo equivalente, mais moderno ou inservível.

Os recursos obtidos com tais vendas ou através da utilização dos bens em garantia devem compor o caixa da Recuperanda, fomentando assim, as atividades e possibilitando o pagamento dos credores e o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Ressalta-se que fica sob exclusivo critério da Recuperanda à realização ou não das operações aqui explanadas, desde que os credores, o Administrador Judicial e o Juízo da RJ sejam notificados de qualquer operação realizada, no prazo em que perdurar a recuperação judicial.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Recuperanda optou pelo pedido de ajuda e proteção da recuperação judicial prevista na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, essencialmente fundada e objetivando assegurar os meios de recuperação, nos seguintes aspectos:

a. A homologação do Plano de Recuperação Judicial implicará em plena novação das dívidas a ele submetidas, na forma dos artigos 50, IX, da Lei nº 11.101/2005 e 360, I do Código Civil, ficando a Recuperanda autorizada a requerer a extinção e baixa de toda e qualquer ação ou restrição cadastral

- de crédito decorrente de dívidas e títulos sujeitos ao plano, a fim de permitir e viabilizar a regularidade da operação da empresa;
- b. Com o pagamento dos créditos na forma estabelecida no Plano, haverá a quitação automática, plena, geral, irrestrita, irrevogável, de toda a dívida sujeita ao Plano, inclusive a de natureza trabalhista, incluindo juros, correção monetária, penalidades, multas, indenizações e todo e qualquer outro reflexo. Com a quitação, os credores nada mais terão a reclamar contra a Recuperanda;
- c. A todos os créditos decorrentes de operações de fomento de qualquer natureza, comercial ou financeiro, realizadas após a distribuição do pedido de recuperação judicial será assegurada a condição de crédito extraconcursal para os fins dos privilégios na ordem de pagamento previsto nos artigos 67 e 84 da Lei 11.101/05;
- d. Na hipótese de conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações da empresa previstas em contratos celebrados com qualquer Credor anteriormente a data do pedido de recuperação judicial, o Plano prevalecerá;
- e. Todos os anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer anexo, o Plano prevalecerá;
- f. O processo de recuperação judicial será encerrado a qualquer tempo após a Data de Homologação, a requerimento da Recuperanda, desde que todas as obrigações do Plano que se vencerem até 02 (dois) anos após a Data de Homologação sejam cumpridas.

14.1. INVALIDADE PARCIAL

Se quaisquer cláusulas ou disposições deste Plano forem declaradas nulas, ilegais, inexecutáveis ou inválidas sob qualquer aspecto, essa declaração, não afetará ou prejudicará a validade das demais cláusulas e disposições, que se manterão em pleno vigor, eficazes e executáveis. Não obstante, nessa hipótese de invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade parcial, a Recuperanda deverão rever este Plano para substituir as cláusulas e disposições consideradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis por outras que produzam, na máxima extensão permitida pela lei aplicável, efeitos equivalentes, mantendo-se os efeitos daquelas que não foram declaradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis.

14.2. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS

Uma vez aprovado o Plano, os Credores Concursais poderão ceder ou transferir livremente os seus créditos contra a Recuperanda, desde que observadas as seguintes condições: (i) que o crédito cedido, independentemente da cessão ocorrer por lei ou por contrato, estará sempre sujeito aos efeitos do Plano, especialmente em relação às condições de pagamento, comprometendo-se o Credor cedente a informar ao cessionário a condição do crédito, sob pena de ineficácia em relação as Recuperanda; e (ii) a cessão somente terá eficácia, uma vez notificada a Recuperanda, a fim de direcionar os pagamentos previstos neste Plano ao devido detentor do crédito.

14.3. LEI APLICÁVEL

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano são regidos e devem ser interpretados de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

14.4. ELEIÇÃO DE FORO

Fica eleito o Juízo da Recuperação Judicial para dirimir todas e quaisquer controvérsias decorrentes deste Plano, sua aprovação, alteração e/ou cumprimento até o encerramento da recuperação judicial. Após, fica eleita a Comarca de Itu, Estado de São Paulo.

15. NOVAÇÃO DA DÍVIDA

Com a aprovação e homologação judicial do Plano, implicará na NOVAÇÃO, objetiva e real, de todos os créditos sujeitos a recuperação judicial, por força do disposto no art. 59 da Lei Nº 11.101/2005, desde que relacionadas e não contestadas pelos respectivos credores.

Com a consequente novação dos Créditos sujeitos a Recuperação Judicial, fica a empresa autorizada a BAIXAR todas as restrições cadastrais oriundas da inadimplência dos mesmos, estando autorizado o cancelamento de todos os protestos havidos contra seu nome por força de dívidas que venham a ser novadas por este instrumento.

Da mesma forma, uma vez aprovado o plano, restam suprimidas as garantias reais e fidejussórias existentes atualmente em nome do credores com o objetivo de que a Recuperanda possa se reestruturar e exercer suas atividades com o nome limpo, assim como seus garantidores tendo em vista a novação pela aprovação do plano.

O pagamento integral dos créditos, na forma e valores estabelecidos no plano, acarretará a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os créditos de qualquer tipo e natureza contra a Cavicon em Recuperação Judicial, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os credores serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado todos e quaisquer créditos, e não mais poderão reclamá-los contra a CAVICON, em Recuperação Judicial, seus sócios, agentes, empregados, representantes, garantidores, fiadores, avalistas, sucessores e cessionários.

Ainda, os credores não mais poderão, a partir da aprovação do plano, (i) prosseguir com qualquer ação judicial ou processo de qualquer tipo relacionado a qualquer crédito sujeito aos efeitos da recuperação judicial contra a Cavicon, em Recuperação Judicial, seus sócios, fiadores, avalistas e garantidores; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra a Cavicon, em Recuperação Judicial, seus sócios, fiadores, avalistas e garantidores, relacionada a qualquer crédito sujeito ao plano; (iii) penhorar quaisquer bens da Cavicon, em Recuperação Judicial, seus sócios, fiadores, avalistas e garantidores, para satisfazer seus créditos sujeito ao plano; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos da Cavicon, em Recuperação Judicial, de seus sócios, fiadores, avalistas e garantidores, para assegurar o pagamento de seus créditos sujeitos ao plano; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido da Cavicon, em Recuperação Judicial, a seus sócios, fiadores, avalistas e garantidores, com seus créditos; e (v) buscar a satisfação de seus créditos por quaisquer outros meios.

Todas as ações e execuções judiciais em curso contra a Cavicon, em Recuperação Judicial, seus sócios, fiadores, avalistas e garantidores, relativas aos créditos sujeitos ao plano serão suspensas até o seu integral cumprimento, observado o art. 61º, § 2º da Lei 11.101/05.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS – RESUMO

O Plano de Recuperação Judicial proposto atende aos princípios da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 - "Lei de Recuperação de Empresas"), garantindo os meios necessários para a recuperação econômica e financeira da Recuperanda.

Nesse sentido, foram apresentados diferentes meios para a recuperação judicial no Plano, objeto deste documento. Saliente-se que o Plano de Recuperação Judicial apresentado demonstra a viabilidade econômico-financeira da Recuperanda, através das projeções apresentadas no anexo I e atestadas no laudo apresentado no anexo II, desde que as condições propostas para o pagamento aos credores sejam aceitas. Importante ainda destacar, que um dos expedientes recuperatórios ao teor do artigo 50 da referida Lei de Recuperação de Empresas é a "reorganização administrativa", medida que foi iniciada e encontra-se em implantação.

Portanto, as projeções para os próximos anos, favoráveis ao mercado de atuação, aliadas ao conjunto de medidas ora proposto neste Plano, demonstram a efetiva viabilidade da continuação dos negócios, que garantirá a manutenção dos empregos e o pagamento dos débitos vencidos e vincendos.

São Paulo, 14 de Agosto de 2018.

Este Plano é firmado pelo representante legal da Recuperanda e é acompanhado da página de assinatura, das projeções e do laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, na forma da Lei de Recuperações e Falências.

CAVICON



Cavicon - C.N.P.J sob o nº 07.455.654/0001-59;
Por: Sr. Andrés Lobato Mato – Sócio

ANEXO I

Este documento é parte integrante do Plano de Recuperação Judicial da Recuperanda e tem como objetivo demonstrar a capacidade de geração de recursos, através da projeção dos resultados e fluxo de caixa futuros, para pagamento aos credores.

As projeções foram elaboradas com base nas informações internas das empresas e a modelagem econômica e financeira utilizada, será atestada no Laudo Econômico-Financeiro, anexo II, por empresa especializada, consoante ao item III, do artigo 53 da Lei 11.101/2005.

1. PROJEÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO/FINANCEIRO

Para demonstrar a viabilidade econômico-financeira da proposta apresentada e que os meios empregados são suficientes para garantir a superação da situação de crise da Recuperanda, foram desenvolvidas projeções com as disponibilidades atuais e a geração de caixa no período proposto, atestando assim, que haverá recursos suficientes para cumprir com a proposta apresentada aos credores.

Com base em análises e informações históricas, nas principais considerações e premissas descritas abaixo e no plano de recuperação judicial, especialmente nos itens 4 e 7 e no planejamento operacional elaborado para os próximos anos, estima-se a projeção econômico-financeira da Recuperanda, representada pelas projeções de receitas e resultados e projeções de fluxo de caixa.

Foi desenvolvida uma modelagem financeira específica, criada e desenvolvida pela empresa a partir de um sistema matemático-financeiro, refletindo o mais próximo possível da realidade do funcionamento contábil, organizacional e operacional, de tal forma que as projeções, incluindo o fluxo de caixa, puderam ser realizadas com alto grau de detalhamento, atribuindo confiabilidade e segurança aos resultados, admitindo-se as premissas adotadas para esse fim, sendo:



- › As características da atividade comercial, principalmente levando em consideração o mercado setorial, sendo que a projeção está sendo apresentada para o período de 12 (doze) anos;
- › Outros aspectos considerados na projeção econômico-financeira estão relacionados às características específicas da empresa e com as estruturas de custos, além de todas as características dos mercados atuantes.

1.1 PROJEÇÃO DE RECEITAS

A seguir são apresentadas as estimativas de volumes operacionais para o período de 12 (doze) anos.

1.1.1 PREMISSAS

Para a projeção do volume de receita bruta, foram consideradas as seguintes premissas:

- I. A base para a projeção da receita bruta foi o planejamento comercial e operacional da empresa para os próximos 12 (doze). Os volumes foram readequados à nova realidade desde o pedido de recuperação judicial, levando em consideração a reformulação do *mix* de produtos, que focará nas linhas de maior margem e rentabilidade;
- II. O faturamento foi projetado ao longo dos meses, levando em consideração a sazonalidade característica da empresa e do setor e será demonstrado a seguir de forma anual;
- III. Em relação aos volumes, a estratégia adotada foi realista, projetando-se um aumento gradativo do faturamento ao longo dos períodos. Para os 12 (doze) da projeção, englobados no planejamento operacional da empresa, foi projetado um crescimento



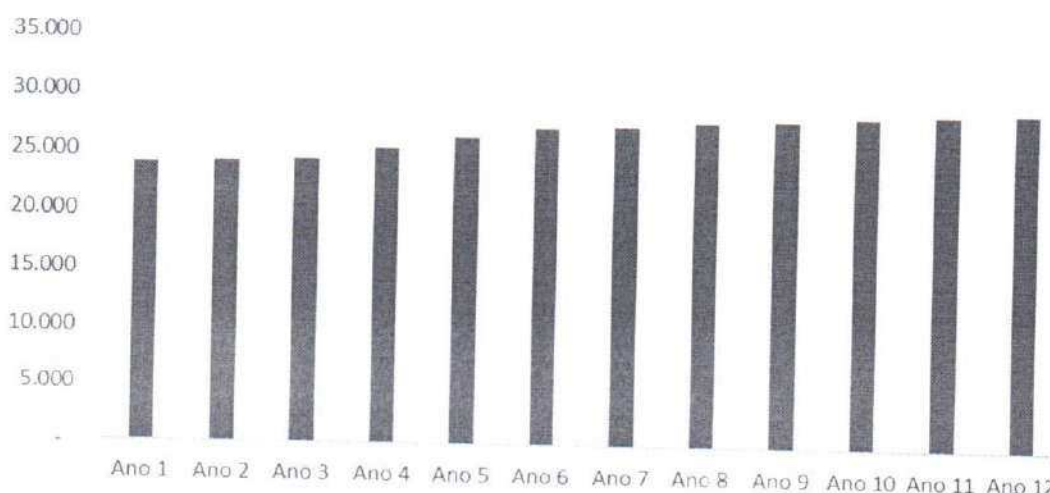
médio linear anual de 3% (três por cento) na receita, crescimento com base no estudo do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que estima um crescimento anual do PIP para construção civil, em um cenário realista, deve crescer 2,6% e em um cenário otimista 3,3%, além das perspectivas de crescimento e capacidade de negócio da empresa e no capital de giro disponível em virtude da situação econômica e financeira.

- IV. Os preços de vendas foram projetados com base no histórico praticado pelas empresas e análises do comportamento atual do mercado, levando em consideração as estruturas de cada produto, os segmentos e regiões atuantes;
- V. O preço de venda projetado não contempla o efeito inflacionário. Por ser uma projeção de longo prazo, torna-se inviável estimar esse indicador de modo adequado, sendo assim, consideram-se os preços projetados a valor presente, pressupondo que os efeitos inflacionários sobre os custos e despesas serão repassados aos preços de venda projetados para garantir as margens projetadas.

1.1.2 PROJEÇÃO

Projeção de receita bruta em milhares de reais (R\$)

FATURAMENTO											
Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12
24.000	24.720	25.462	26.225	27.012	27.823	28.657	29.517	30.402	31.315	32.254	33.222



1.2 PROJEÇÃO DE RESULTADOS E GERAÇÃO DE CAIXA

A seguir, será descrito, detalhadamente, todas as condições, hipóteses, premissas e pressupostos adotados pela Recuperanda, na elaboração das projeções econômico-financeiras, dando suporte ao trabalho de análise econômico-financeira, conforme anexo II, abrangendo o período de 12 (doze) anos.

O Plano lastreado nas expectativas e premissas adotadas pela Recuperanda é operacional, econômica e financeiramente viável, conforme atestado pelo estudo de demonstração resultado e de fluxo de caixa e do Laudo Econômico-Financeiro, objeto deste anexo I e do anexo II que integram o Plano.

1.2.1 PREMISSAS

As seguintes premissas foram adotadas na projeção de resultado econômico-financeiro, nos 12 (doze) anos contemplados no Plano:

- I. As projeções foram estruturadas de forma mensal para o período indicado acima, considerando o Ano 1, como sendo os 12 (doze) meses subsequentes a data da publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial no Diário de Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo "Data de Homologação" e serão demonstradas anualmente neste documento;
- II. Foi utilizado o sistema tributário normal, com apuração de lucro real, sendo consideradas assim, as respectivas alíquotas de impostos incidentes sobre as vendas. Esse sistema tributário é o adotado pela empresa no momento da elaboração desta projeção econômico-financeira;
- III. Os custos das mercadorias vendidas foram projetados com base em valores atuais e líquidos de todos os impostos creditáveis com as particularidades de cada região e considerando as reduções propostas no plano de reestruturação financeiro-operacional. Esse grupo de custos varia em parte, diretamente proporcional ao faturamento projetado;
- IV. As despesas operacionais e administrativas foram projetadas de acordo com a média histórica considerando as reduções propostas no plano de reestruturação financeiro-operacional;
- V. As despesas financeiras contemplam as tarifas bancárias, os juros das operações financeiras realizadas pela empresa e os juros sobre o pagamento do passivo previsto nas classes trabalhista, quirografários e micro e pequenas empresas, de acordo com as propostas do Plano;
- VI. A linha de IRPJ e CSLL representa uma projeção dos impostos que incidem sobre o resultado da empresa, levando em consideração uma compensação dos lucros apurados



mensalmente com o saldo de prejuízos acumulados, que podem ser identificados nas demonstrações financeiras da empresa;

- VII. Para o pagamento do passivo tributário provisionado um valor anual conforme prazos de parcelamento em vigor atualmente;
- VIII. Os valores de pagamento dos créditos sujeitos a recuperação judicial foram extraídos da lista de credores da Recuperanda, os quais tiveram os pagamentos projetados no fluxo de caixa, conforme as propostas de pagamento descritas no Plano;
- IX. A sobra de caixa projetada em cada ano da projeção será mantida pelas empresas e será destinada para o pagamento dos débitos sujeitos a recuperação judicial e o passivo fiscal, sendo consumido praticamente a totalidade dos recursos ao fim do período, além de contribuir, ao longo de todo período projetado, também para a redução das despesas financeiras;
- X. A projeção não contempla efeitos inflacionários. A premissa adotada é de que todo efeito inflacionário será repassado ao preço de venda projetado quando ocorrer, mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante;
- XI. Todas as projeções foram feitas em um cenário realista.

1.3 PROJEÇÃO DE RESULTADO

Projeção de resultado dos exercícios. Os valores abaixo estão expressos em milhares de reais (R\$):

ORE (R\$ mil)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12
RECETA OPERACIONAL BRUTA	24.000.000	24.720.000	25.461.600	26.225.448	27.012.211	27.822.578	28.657.255	29.516.973	30.402.482	31.314.556	32.253.993	33.221.613
(-) Deduções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Devoluções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAT S/ DESCONTOS E DEVOLUÇÕES	24.000.000	24.720.000	25.461.600	26.225.448	27.012.211	27.822.578	28.657.255	29.516.973	30.402.482	31.314.556	32.253.993	33.221.613
Impostos sobre Vendas	5.112.000	5.265.360	5.423.321	5.586.020	5.753.601	5.926.209	6.103.995	6.287.115	6.475.729	6.670.001	6.870.101	7.076.204
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	18.888.000	19.454.640	20.038.279	20.639.428	21.258.610	21.896.369	22.553.260	23.229.858	23.926.753	24.644.556	25.383.893	26.145.409
(-) Custo da Mercadoria Vendida	12.088.320	12.450.970	12.824.499	13.209.234	13.605.511	14.013.676	14.434.086	14.867.109	15.313.122	15.772.516	16.245.691	16.733.062
(-) Despesas Variáveis de Vendas	775.207	798.463	822.417	847.089	872.502	898.677	925.637	953.407	982.009	1.011.469	1.041.813	1.073.068
Margem de Contribuição I	5.902.525	6.205.207	6.391.364	6.583.105	6.780.598	6.984.016	7.193.536	7.409.342	7.631.622	7.860.571	8.096.388	8.339.280
Despesas Operacionais/Administrativas	4.446.343	4.309.486	4.309.486	4.309.486	4.309.486	4.309.486	4.309.486	4.309.486	4.309.486	4.309.486	4.309.486	4.309.486
(-) Gastos com Pessoal	682.076	682.076	682.076	682.076	682.076	682.076	682.076	682.076	682.076	682.076	682.076	682.076
(-) Despesas Administrativa	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405	2.671.405
(-) Despesas Operacionais	956.005	956.005	956.005	956.005	956.005	956.005	956.005	956.005	956.005	956.005	956.005	956.005
EBTIDA - da Atividade	1.456.181	1.895.722	2.081.878	2.273.619	2.471.112	2.674.530	2.884.050	3.099.857	3.322.137	3.551.086	3.786.903	4.029.794
Despesas Financeiras	598.857	616.823	635.328	654.388	674.019	694.240	715.067	736.519	758.615	781.373	804.814	828.959
Resultado Líquido antes do IR-CS	857.324	1.278.899	1.446.550	1.619.231	1.797.093	1.980.290	2.168.983	2.363.337	2.563.522	2.769.712	2.982.088	3.200.836
(-) IRPJ e C.S.L.L.	284.690	428.026	485.027	543.739	604.212	666.499	730.654	796.735	864.798	934.902	1.007.110	1.081.484
Resultado Líquido	572.634	850.873	961.523	1.075.493	1.192.881	1.313.791	1.438.329	1.566.603	1.698.725	1.834.810	1.974.978	2.119.351

1.4 PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA –

Projeção de fluxo de caixa. Os valores abaixo estão expressos em milhares de reais (R\$):

Fluxo de caixa (R\$ mil)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12
Operacional	1.430	1.468	1.597	1.730	1.867	1.908	1.953	2.103	2.057	2.216	2.180	2.348
Entradas	18.888	19.455	20.038	20.639	21.259	21.896	22.553	23.230	23.927	24.645	25.384	26.145
Recebimento de vendas	18.888	19.455	20.038	20.639	21.259	21.896	22.553	23.230	23.927	24.645	25.384	26.145
Saídas	17.458	17.987	18.441	18.910	19.392	19.988	20.600	21.127	21.869	22.428	23.204	23.797
CMV - Custo da Mercadoria Vendida	12.088	12.451	12.824	13.209	13.606	14.014	14.434	14.867	15.313	15.773	16.246	16.733
(-) Despesas Variáveis de Vendas	775	798	822	847	873	899	926	953	982	1.011	1.042	1.073
(-) Gastos com Pessoal	682	682	682	682	682	682	682	682	682	682	682	682
(-) Despesas Administrativa	2.671	2.671	2.671	2.671	2.671	2.671	2.671	2.671	2.671	2.671	2.671	2.671
(-) Despesas Operacionais	956	956	956	956	956	956	956	956	956	956	956	956
(-) IRPJ / CSLL	285	428	485	544	604	666	731	797	865	935	1.007	1.081
(-) Investimento em Maquinas e Equipamentos						100	200	200	400	400	600	600
Financeiro	599	617	635	654	674	694	715	737	759	781	805	829
Entradas												
Empréstimos e financiamentos												
Saídas	599	617	635	654	674	694	715	737	759	781	805	829
Juros e despesas bancárias	599	617	635	654	674	694	715	737	759	781	805	829
Reconciliações de passivos / Rec. Judicial	368	1.128	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270	1.270
Credores trabalhistas	5											
Credores quirografários	-	273	455	455	455	455	455	455	455	455	455	455
Credores quirografários Aço	-	452	452	452	452	452	452	452	452	452	452	452
Credores micro e pequena empresa	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo tributário	363	363	363	363	363	363	363	363	363	363	363	363
Fluxo líquido do período	463	277	309	195	77	56	32	97	29	165	105	249
Saldo inicial	500	963	686	378	183	106	50	18	115	143	308	413
Saldo final	963	686	378	183	106	50	18	115	143	308	413	662

CAVICON

Cavicon - C.N.P.J sob o nº 07.455.654/0001-59;

Por: Sr. Andrés Lobato Mato – Sócio

ANEXO II

À

Cavicon

Estrada Municipal Augusto Zanoni, 2.801, Jardim Emicol Itu – SP

REF.: LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Prezados Senhores,

INTRODUÇÃO

Conforme solicitado por V.Sas., a Ccamara Consultoria foi contratada pela CAVICON - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, em Recuperação Judicial para elaborar o Laudo Econômico-Financeiro mediante informações prestadas pela *empresa* em questão, do qual o resultado é representado por atestar a modelagem das Projeções de Resultados e de Fluxo de Caixa (Anexo I do Plano) e se torna parte integrante do Plano de Recuperação Judicial da CAVICON - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, como Anexo II, a ser apresentado nesta data ao processo de recuperação judicial distribuído na 2ª. Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro de ITU "Juízo da RJ", sob no. 1005065-47.2018.8.26.0286.

Os comentários as Projeções de Resultados e de Fluxo de Caixa apresentados neste laudo econômico-financeiro baseiam-se exclusivamente no Anexo I do Plano de Recuperação Judicial da CAVICON (denominada neste laudo econômico-financeiro como "Recuperanda" ou "empresa").



ESCOPO

Este estudo teve por propósito atestar as Projeções de Resultados e de Fluxo de Caixa (Anexo I do Plano) da *Recuperanda*, fornecendo subsídios para suportar o Plano de Recuperação Judicial nos aspectos das projeções econômico-financeiras, conforme requerido pela Lei 11.101/05, artigo 53, item III. Nenhum outro objetivo pode ser tácito ou deduzido e este documento destina-se exclusivamente para a finalidade descrita.

ABRANGÊNCIA E RESTRIÇÃO DO TRABALHO

A participação e o trabalho técnico desenvolvido pela Ccamara Consultoria na elaboração deste laudo econômico-financeiro deu-se através de comentários a modelagem utilizada nas projeções econômicas e financeiras de acordo com as informações e premissas utilizadas pela *Recuperanda*. Essas informações de responsabilidade exclusiva das *empresas* e utilizadas na projeção de resultado econômico/financeiro, apresentadas no Anexo I, indicaram as fontes de recursos para viabilizar o Plano, bem como o potencial de geração de caixa da Cavicon, e, conseqüentemente sua capacidade de amortização da dívida. Ressalte-se que a Ccamara Consultoria não atua como perita, auditora, compilação, revisão ou validação, contadora, testemunha, gestora ou qualquer outra qualidade que gere responsabilidade pelas informações trazidas no Anexo I em questão, uma vez que as projeções foram elaboradas apenas com base em informações da própria *empresa*.

O trabalho da Ccamara Consultoria não inclui opiniões, garantias ou aprovação em relação aos sistemas de controle interno e informações econômico-financeiras da *Recuperanda*.

Deve-se notar que o estudo da viabilidade econômico-financeira se fundamentou na análise dos resultados projetados e contém estimativas que envolvem riscos e incertezas quanto à sua efetivação, pois dependem parcialmente de fatores externos à gestão das *empresas*, tendo, portanto,

caráter incerto, o que poderá ocorrer diferenças entre os resultados projetados e os resultados futuros reais.

A projeção para o período de 12 (doze) anos, foi realizada com base nas informações históricas e na perspectiva da própria *empresa* em relação ao comportamento de mercado, preços, custos e valores do passivo inscrito no processo.

Assim, as mudanças nas conjunturas econômicas, nacionais e internacionais, bem como no comportamento das proposições consideradas, refletirão nos resultados apresentados no Anexo I do Plano.

LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Para evidenciar a viabilidade econômico-financeira da proposta apresentada no Plano e demonstrar que os meios empregados são suficientes para garantir a superação da situação de crise da *Recuperanda*, foram desenvolvidas projeções que demonstram as disponibilidades atuais e a geração de caixa no período proposto pela *empresa*, atestando assim, que haverá recursos suficientes para cumprir com a proposta apresentada aos credores.

Dessa forma, atestamos a modelagem de projeção econômico/financeiro utilizado pela *Recuperanda* para evidenciar a sua proposta de pagamento aos credores.

Assim, após a análise das informações apresentadas e da metodologia empregada, concluímos que (I) o Plano a ser apresentado possibilita a *Recuperanda* manter suas atividades nos próximos períodos e (II) a geração de caixa apresentada pelas projeções é suficiente para o pagamento da proposta apresentada aos credores.

C

NOTA DE ESCLARECIMENTO

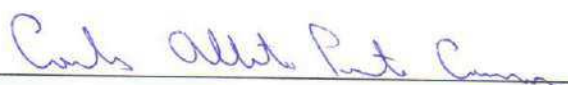
A Ccamara Consultoria que elaborou este Laudo Econômico-Financeiro, acredita que o processo de reestruturação administrativa, operacional e financeira, bem como as correspondentes projeções econômico-financeiras detalhadas no Anexo I do Plano – desde que sejam implantadas e realizadas – possibilitará que a *Recuperanda* mantenha-se viável e rentável.

CONCLUSÃO

Este laudo econômico-financeiro é parte integrante do Plano de Recuperação Judicial, como Anexo II e contém, em resumo, os comentários sobre a metodologia utilizada para a *Recuperanda* obter a sua estimativa de projeção de resultados futuros através da Projeção de Resultados e de Fluxo de Caixa para o período de 12 (doze) anos. Desde que as premissas sejam implementadas e cumpridas será viável e rentável, além de possibilitar o pagamento a todos os credores.

Permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

São Paulo, 10 de agosto de 2018.



Ccamara Consultoria

Relação de Bens Patrimoniais - Todos

INSTALAÇÕES			1321003 -
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VR. BEM	
458	DIVISÓRIA PADRAO EUCAPLAC PORTAS E VIDROS	3.400,00	
TOTAL			3.400,00
MAQUINAS E ACESSORIOS			1321004 -
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VR. BEM	
100	BANCADA MEDIÇÃO 3 MTS, BANCADA 6 MTS	6.500,02	
219	PONTE ROLANTE E TALHA ELETRICA DE CORRENTE HOIST	150.000,00	
363	MAQUINA ESTRIBADEIRA AUTOMATICA EURA	400.000,00	
371	1 PONTE ROLANTE HOIST UNIVIGA e 1 TALHA ELETRICA D	150.000,00	
411	4 MAQS PROD ESCALA, ENDIREITAMENTO, DOBRA MANUAL E	1.000.000,00	
427	SEMI-REBOQUE CARGA SECA 02 EIXO PNEUMATICO CARROCE	50.000,00	
428	GUINDASTE F-20-4H ACLOPADO FORD CARGO 1933	60.000,00	
TOTAL			1.816.500,02
FERRAMENTAS			1321005 -
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VR. BEM	
119	1 PORTICO USADO 300KG, 1 PORTICO 200 KG, 1 TALHA E	5.000,00	
135	1 POLICORTE F12 e 1 MOTOR 3CV 2 POLO TRIDASICO	918,00	
136	1 ESMIRILHADEIRA	400,00	
177	01 TALHA ELETRICA CABO ACO CAP 3 TON. C/9MTS ELEV.	9.046,82	
365	TORQUES CID	1.663,20	
TOTAL			17.028,02
EQUIPAMENTOS PROC. DADOS			1321006 -
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VR. BEM	
99	HONEYWELL LEITOR USB FOCUS PRETO SUPORTE FLEX LEIT	1.490,00	
102	HONEYWELL/HANDHELD - 1 LEITOR USB PDF417 2D FOCUS	767,00	
103	2 MICRO INTEL G630 2.70GHZ DMI 5GTS 3MB C/2GB DDR3	1.500,00	
105	LG MON 15,6 LED E1641C	498,56	
108	IMP TERM. DE ETIQ. ZEBRA S4M (203 DPI)	5.058,00	
113	1 MON, SAMSUNG 18,5" S19B30	663,40	
114	1 MICRO INTEL G630276H7 MB MSIH61 DDR3 1333MHZ, 2G	1.110,00	
118	AQUISIÇÃO DE 3 MONITORES LG 18,5 LED AJUSTES ALT.	1.454,01	
134	SERVIDOR IMPRESSÃO D-LINK 2000 4USB WIRELESS, HD 1	954,00	
147	AQUISICAO DE 04 PLACAS DE REDE PCI 100/100, 01 FON	250,00	
148	AQUISICAO DE 01 HONEYWELL/HANDELD CONJ. UDB1D PDF	745,00	
149	AQUISICAO DE 1 TECLADO LED, 1 SENSOR IVP DG-85 E 2	585,00	
150	AQUISICAO DE 1 CENTRAL DE ALARME PS-710 PLACA E 1	330,00	
151	AQUISICAO DE 1 MICRO INTEL CORE I3 3240 C/PLACA MÃ	930,00	
152	AQUISICAO DE 2 IBM X3100 M4 3.1GHZ 8 4/50050, 02 I	5.514,36	
154	AQUISICAO DE 02 SEAGATE HD 2TB, 02 IBM MEM. 4GB, 0	2.031,92	
155	AQUISICAO DE 02 HONEYWELL/HANDELD SUP. FLEX. LEITO	1.490,00	
156	AQUISICAO DE 01 HONEYWELL/HANDELD SCANNER ONLY 1D	118,00	
161	01 NB INTEL COREI7 6GB 750GB 14PPTA	3.050,00	
166	01 LEITOR MK 9520 VOYAGER SERIAL GTN	419,00	
167	01 COLETOR DOLPHIN 6500 5300SR 128 MB, 01 BATERIA	3.784,84	
168	01 LG MON TV LED29LN549	784,88	
169	QUADRO KEPLER K2000P, 01 SEAGATE HD 1TB/7200RPM e	1.669,56	
170	01 LG MON 18.5 LED	689,54	
171	01 MICRO INTEL CORE I3 3240, PLACA MAE GB H61 4GB	984,00	
174	03 MSHW 2LF WIRELESS	224,18	
175	01 SCANNER ONLY 1D PDF417 2DSR FOCUS IVORY	745,00	
176	02 LG MON. 19,5 LED, 01 MON. 15,6 LED VGA, 01 HP I	2.571,08	
179	02 CHAVES DE REGISTRO	500,00	
181	01 HD 1TB SEAGATE SATA 7200RPM	275,00	
182	01 MICRO INTEL CORE I3 3240, 01 ESTAB.SMS REVOLUTI	996,00	
183	01 PLACA MAE MSI C6A11JJ RRE3 e 01 FONTE DE ALIM.	260,00	
184	01 EPSON - IMPRESSORA LX-350	905,02	
186	01 LG MON. 29 ULTRA WIDE LED	1.255,31	
187	01 NONUS HANDBRANK ECO 10 USB PRETO GTN	440,23	
191	04 MICRO INTEL CORE I3 3240 HD 500GB/4GBDDR3	4.200,00	
196	2 MICRO INTEL COREI3 3240 3.46HZ MB AG1 DDR3 C13/C	2.120,00	
198	2 SEAGATE HD 1TB/7200RPM, 2LKS ROTEADOR WIRWLESS,	2.381,62	
201	1 HONEYWELL/METROLOGIC LEITOR MK9520 VOYAGER USB P	415,05	
209	01 PROJETO EPSON EB-XO2	1.215,00	
210	01 NOBREAK NV 1400VA EATON	620,07	

218	REF DESP E NF 46284 COMPRA IMOBILIZADO - XPPC72 IB	15.486,61
220	2 MICRO INTEL CORE I3 E I5 4GB DDR3 HD SATA 500GB	2.550,00
221	AQUIS. DE 1 HP LS LASERJET M1536D e 2 LG MON. 19,5	1.658,00
222	1 ROTEADOR CSC SMB	282,00
366	3 HONEYWELL/METROLOGIC LEITOR XENON SR USB SSPT e	2.610,00
375	HP IMP LS LASER JET P1606	565,96
376	HP-NOT 240 CI3 W8 SL	1.366,00
377	HSM LEIT 2D HD BLACK COM PEDEST; CABO E LEITOR USB	1.630,68
381	04 MON. SAMSUNG 18,5 LED	1.088,00
382	1 LEN STOR 1X2 2TB, 3 ESTAB. MICROSOFT e 2 HP PROCU	1.590,51
383	AQUIS. DE 3 MICRO INTEL G1820 2,70GHZ	2.844,00
392	02 COMPUTADORES LENOVO DT63 FREEDOS E 02 LG MONITO	2.677,61
412	REF 5 1900GHD-2USB HSM LEIT 2D HD BLACK USB	3.220,28
436	AQUIS. DE 02 MICRO INTEL 63240346H7	2.256,00
437	1 MICRO INTEL CORE i7 4790	3.695,00
438	AQUIS. DE 1 DRAM/128MB FLASH SERIAL/USB	3.750,00
445	PC PLACA MAE PROC INTEL I3 2GB RAM FONTE	1.100,00
448	MONITOR 21 LCD PHILLIPS 223V5LHSB2	760,00
454	MICRO INTEL CORE i7 6700 346HZ	4.300,00
455	MICRO INTEL CORE i3 6100 3.7 4GB HD500GB SATA3	1.550,00
456	PC INTEL DUAL CORE 4 GB RAM HD 500GB E MONITOR LG	1.480,00
TOTAL		112.455,28

MÓVEIS E UTENSÍLIOS 1321007 - 1.3.2.001.00007

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VR. BEM
106	MESA RETA MIAXXI B15 A750 L1210 P615 SECR	133,41
107	1 MESA L1520 P615 GERE, 2 MESA A750L1210 SECRE, 4	2.761,30
130	01 MESA RETA MIAXXI B15 A750 L1210 P615 SECR	127,98
131	01 CADEIRA SECR. GIRA ECON EPFP EIJS F010 PT	126,00
132	01 GAVETEIRO FIXO MIAXXI 2GV A235 L350 P385 FO32	68,29
137	1 ROUPEIRO 20 PORTAS CH26 CINZA ART AÇO	740,00
159	02 ESTANTE AÇO 26/20 40R1 06P 25K A1980 1920 P420	298,00
160	01 MESA RETA MIAXXI B15 A750 L1520 P615	163,00
178	04 CADEIRAS FIXA SECR LAM 59 CZ/PR	240,00
180	01 ARMARIO MM PA90FSL CH26 CINZA, 04 ESTANTES 42X9	2.395,00
194	2 MESA SPEQ 1200x600x750 MARTNUCCI, 2 BASE SEC GIR	466,00
195	1 DISPLAY EM PETG COM 204 DIVISORIAS E 5 CAIXA ACR	4.200,00
253	01 BANQUETA MATA LIXO ALTA PRETA E 03 CADEIRAS GIR.	357,00
254	01 RELOGIO DE PONTO PRISMA SF R03, 01 BOBINA TERMI	2.185,00
255	6 MESAS REFEITORIO 08 LUGARES 240X80	5.160,00
256	02 BEBEDOUROS REFRIG. BAG 80 INOX	2.199,74
291	01 ARMARIO MM PA90FSL CH26 CINZA E 01 GAVETEIRO VO	606,00
292	01 ASPIRADOR DE PO AJ7558 220V	2.290,00
346	1 CADEIRA GIR. DIG. I. DAITE BR AZ/PR 60	198,00
393	01 MESA ME 1,20X0,60 COM 2 GAV	199,00
394	ARMARIO MM PA90FSL CH26 CINZA	395,00
449	CADEIRA PRES GIRA SLIM 18001 ESCR EICE BRSL F017 P	959,50
450	01 BEBEDOURO REFRIG. GFN2000 127V/60HZ INOX	700,00
TOTAL		26.968,22


VEÍCULOS**1321008 -**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VR. BEM
88	SLD VEÍCULOS 01 CAMINHÃO VW 13-180	81.451,00
426	CAMINHÃO FORD CARGO 1933 TL	148.387,00
TOTAL		229.838,00

EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS ACESSÓRIOS**1321010 -**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VR. BEM
104	SSG-TV 40 LCD FHD C/CON	1.141,00
109	STAND ALONE, HD 1 TERA, FONTE MICRO CAMERA, CABO CO	2.680,00
110	CABO ALARME, SENDER IVP DG PET	598,50
121	01 STAND ALONE 4 CANAIS 120/120 FPS H264 LIGHT	750,00
122	02 CAMERA D/N CCD 1/3 SONY 470L C/INFRA 30MTS	520,00
123	02 MICRO CAMERA D/N CCD 1/3 HAD II HM-54 380L	310,00
124	02 CAIXA DE PROTEÇÃO BABY 95A/90L 110C MM	40,00
125	03 FONTE ESTABILIZADORA 12V 1A	90,00
126	140 MTS CABO MANGA SX26AWG 4 VIAS	224,00
127	01 RECEPTOR RCC100 1 CANAL FREQ. 433	110,00
128	03 CONTROLE REMOTO TX-4R 433MHZ	90,00
129	01 PROTETOR DE DOME	50,00

133	MODULO GPRS M-300 ULTRA 2 SIM CARDS	680,00
141	1 GPS 3.5 '	399,00
142	2 GPS 3.5 '	718,20
143	1 CONTROLE REMOTO INDUSTRIAL 6 COMANDOS 220V S/N 3	1.150,00
200	CENTRAL DE SEGURANÇA - CENTRAL GPRS EP300 JFL	4.495,00
384	01 CENTRAL DE CHOQUE C/CONTROL ECR 8 PLUS 8000V e	390,00
431	CENTRAL DE SEGURANCA	2.466,55
432	CENTRAL DE SEGURANCA	2.235,00
TOTAL		19.137,25


ANDRES LOBATO MATO
CPF 160.019.818-09
CAVICON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

AVALIAÇÃO DE BENS – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL

À CAVICON CORTE E DOBRA;

Atendendo à solicitação desta conceituada empresa, através de seu representante, Sr. Andres Lobato, Gerente Geral, apresentamos laudo de avaliação do conjunto de equipamentos como máquinas, bens agrupados, instalados, identificado a seguir:

Item: Conjunto de Maquinas de Tela e Endireitamento, Marca Schnell SPA, Modelos My Mesh 2000 e R8.

Finalidade básica desse laudo de acordo com a solicitação da empresa é:

- a) Utilização para avaliações patrimoniais;
- b) Reavaliação de ativos imobilizados;

O tipo de avaliação conterà de forma sucinta as informações necessárias ao seu entendimento.

O grau de agregação da avaliação de forma simplificada tem como o objetivo a apresentação dos seguintes fatores que serão considerados na avaliação do equipamento:

- Fotografia do conjunto de máquinas - item 1
- Identificação das máquinas - item 2
- Relatar se foi possível observar a máquina em funcionamento - item 3
- Avaliação do estado dos bens – item 4
- Valor de mercado de conjunto de equipamentos novos – item 5
- Idade e estimativa de tempo de vida útil do equipamento – item 6
- Valor do bem atribuído conforme presente laudo – Item 7

Item 1 – Identificação e caracterização do Bem Avaliado;

Foto 1



Foto 2



Foto 3



Foto 4



Foto 5



Foto 6



Foto 7



Foto 8



Foto 9

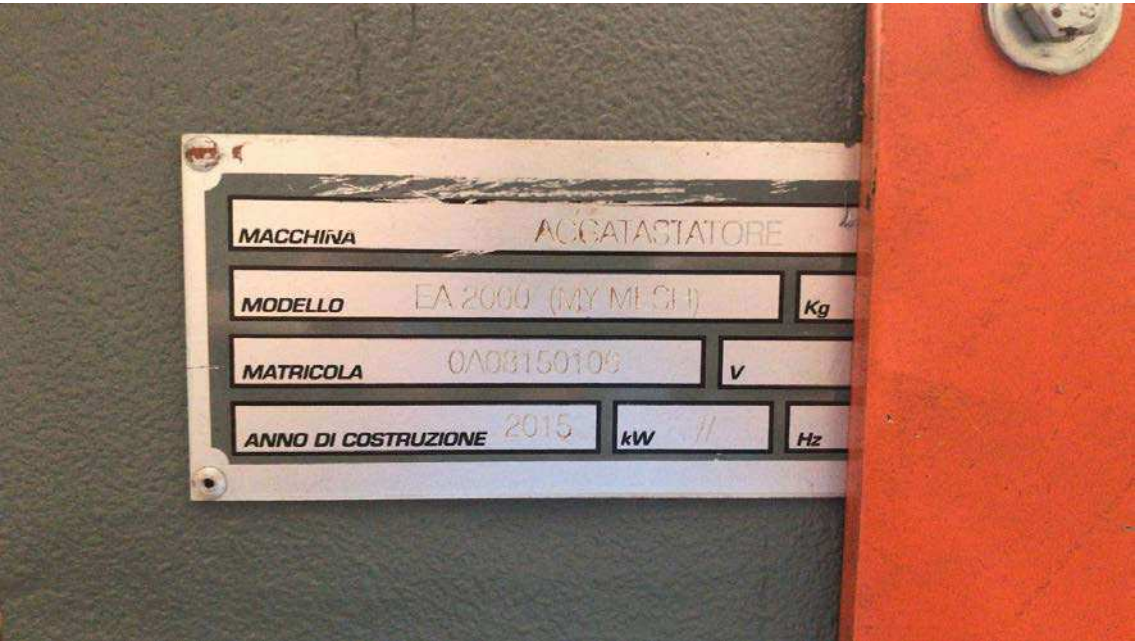
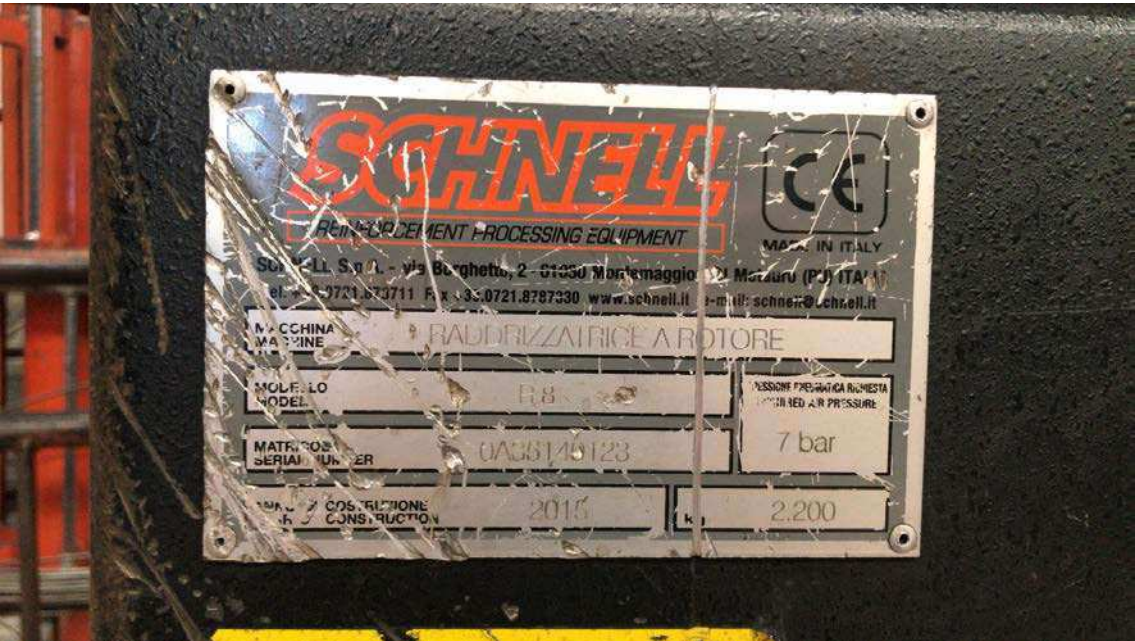


Foto 10



Foto 11



Item 2 – Características e informações do fabricante;

Descrição: Conjunto de máquinas para trabalhar de forma integrada, com fases on line e off line, para armar telas por caldeamento, usadas na construção civil;

Marca: Schnell SPA

Modelo: My Mesh 2.000 / Endireitadeira R8

Ano Produção: 2015

Ano Aquisição: 2015

Numeros de Série: OA15140113 / OA35140123 / OA05140112 / OA08150106

Configuração: 01 Alimentador Manuel ALL-MAN 2000, Empilhador EA – 2000, Alimentador Transversal ATM 2000 e Endireitadeira R8 (com mesa), ambas completas com as respectivas consoles de comando.

Utilização: conjunto de máquinas para armar, endireitar e cortar aços para construção, nas bitolas de até 8 mm (produção de endireitamento e tela) a 16 mm (produção de tela), destinados à construção civil.

Item 3- Diligência para avaliação;

A avaliação ocorreu no endereço da empresa aonde foi constatada que a máquina estava em perfeito funcionamento, aonde foi constatado que havia controle de manutenção preventiva e limpeza do equipamento conforme orientação do fabricante.

Item 4 – Avaliação do Estado do Bem;

O conjunto de máquinas sofreu desgaste comum decorrente do tempo de uso, o seu funcionamento está em perfeito estado e aparentemente não houve perda de capacidade produtiva por eventuais desgastes, o estado geral do equipamento é bom.

Item 5 – Valor do equipamento novo para compra;

Os bens avaliados fazem parte de equipamentos produzidos para utilização na transformação de aço vergalhão para a construção civil, o conjunto de máquinas pode ser classificada como sistema de armação por caldeamento.

Os equipamentos novos podem ser fabricados por diversas empresas de renome, sendo atualmente a empresa mais conhecida no mercado mundial a Schnell SPA que é a marca do equipamento avaliado. Portanto temos total capacidade técnica e comercial em elaborar esse estudo.

Atualmente o valor de mercado de um equipamento novo e similar ao avaliado gira em torno de **Euros 500.000,00 (quinhentos mil euros), preço Ex-Works sem custo de internação.**

Item 6 - Idade e vida útil do equipamento avaliado

Os equipamentos foram adquiridos pela Cavicon em 2015, portanto possuem 3 anos de utilização.

Considerando a avaliação dos bens e o histórico de máquinas do mesmo fabricante para essa utilização específica, podemos afirmar que o equipamento tem ainda em média 07 anos de utilização.

Item 7 – Conclusão conforme presente laudo

Após as análises e considerações, estando o equipamento em bom estado de funcionamento e conservação, constatamos que seu valor atual de mercado para equipamento usado está em **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), podendo ter variações expressivas em função da oferta e procura.**

No mais me coloco a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais de se fizerem necessários.

Sorocaba, 09 de agosto de 2018



Edmilson Ribeiro

Representante Comercial –Schnell SPA

AVALIAÇÃO DE BENS – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL

À CAVICON CORTE E DOBRA;

Atendendo à solicitação desta conceituada empresa, através de seu representante, Sr. Andres Lobato, Gerente Geral, apresentamos laudo de avaliação do equipamento como máquina, bem isolado, instalado, identificado a seguir:

Item: Máquina Estribadeira até 16 mm, Marca Schnell Brasil, Modelo Eura.

Finalidade básica desse laudo de acordo com a solicitação da empresa é:

- a) Utilização para avaliações patrimoniais;
- b) Reavaliação de ativos imobilizados;

O tipo de avaliação conterà de forma sucinta as informações necessárias ao seu entendimento.

O grau de agregação da avaliação de forma simplificada tem como o objetivo a apresentação dos seguintes fatores que serão considerados na avaliação do equipamento:

- Fotografia da máquina - item 1
- Identificação da máquina - item 2
- Relatar se foi possível observar a máquina em funcionamento - item 3
- Avaliação do estado do bem – item 4
- Valor de mercado de equipamento novo – item 5
- Idade e estimativa de tempo de vida útil do equipamento – item 6
- Valor do bem atribuído conforme presente laudo – Item 7

Item 1 – Identificação e caracterização do Bem Avaliado;

Foto 1



Foto 2

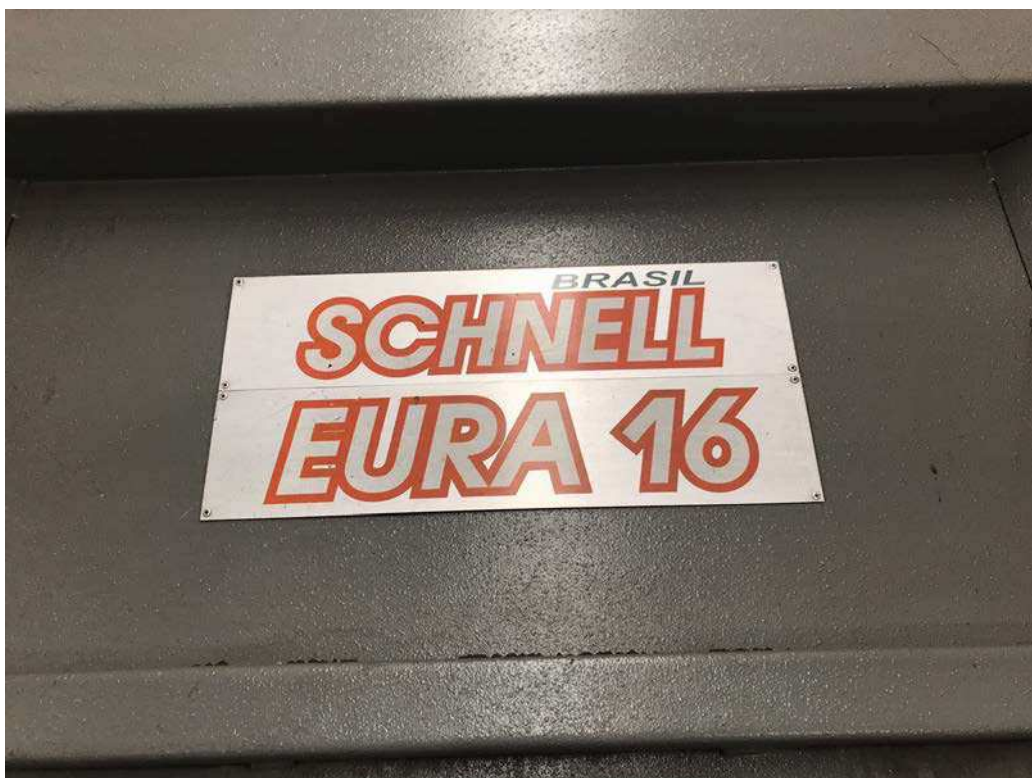


Foto 3



Foto 4



Foto 5



Foto 6



Item 2 – Características e informações do fabricante;

Descrição: Máquina para endireitar, cortar, dobrar e perfilar estribos de arame de metal

Marca: Schnell Brasil S/A

Modelo: Eura 16

Ano Produção: 2014

Ano Aquisição: 2014

Numero de Série: B785140034

Configuração: 01 Bloco máquina, 01 Mesa 12 metros, 01 Console de Comando, 02 Bases PFO 3,5T e 02 Carreais Lam 3H 2,5 T.

Utilização: máquina para endireitar, cortar e dobrar estribos de arame de metal, com função perfiladeira, nas bitolas de 8 mm a 16 mm, destinados à construção civil.

Item 3- Diligência para avaliação;

A avaliação ocorreu no endereço da empresa aonde foi constatada que a máquina estava em perfeito funcionamento, aonde foi constatado que havia controle de manutenção preventiva e limpeza do equipamento conforme orientação do fabricante.

Item 4 – Avaliação do Estado do Bem;

Máquina sofreu desgaste comum decorrente do tempo de uso, o seu funcionamento está em perfeito estado e aparentemente não houve perda de capacidade produtiva por eventuais desgastes, o estado geral do equipamento é bom.

Item 5 – Valor do equipamento novo para compra;

O bem avaliado faz parte de equipamentos produzidos para utilização na transformação de aço vergalhão para a construção civil, a máquina pode ser classificada como máquina estribadeira de grande porte.

Os equipamentos novos podem ser fabricados por diversas empresas de renome, sendo atualmente a empresa mais conhecida no mercado nacional a Schnell que é a marca do equipamento avaliado. Portanto temos total capacidade técnica e comercial em elaborar esse estudo.

Atualmente o valor de mercado de um equipamento novo e similar ao avaliado gira em torno de **R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais).**

Item 6 - Idade e vida útil do equipamento avaliado

Equipamento foi adquirido pela Cavicon em 2014, portanto é um equipamento com 4 anos de utilização.

Considerando a avaliação do bem e o histórico de máquinas do mesmo fabricante para essa utilização específica, podemos afirmar que o equipamento tem ainda em média 06 anos de utilização.

Item 7 – Conclusão conforme presente laudo

Após as análises, considerando que o equipamento se encontra em bom estado de funcionamento e conservação, constatamos que seu valor atual de mercado para equipamento usado está em **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), podendo ter variações expressivas em função da oferta e procura.**

No mais me coloco a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais de se fizerem necessários.

Sorocaba, 09 de agosto de 2018



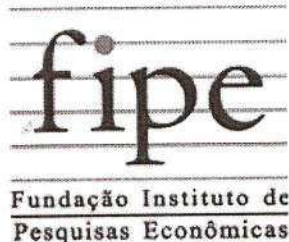
Edmilson Ribeiro

Representante Comercial –Schnell Brasil



PREÇO MÉDIO DE VEÍCULOS - CONSULTA DE CAMINHÕES E MICRO-ÔNIBUS - PESQUISA COMUM - FIPE

Mês de referência:	agosto de 2018
Código Fipe:	504139-2
Marca:	FORD
Modelo:	CARGO 1933 E Turbo 2p (diesel)(E5)
Ano Modelo:	2014
Autenticação	hx9rh490w5ctk
Data da consulta	quinta-feira, 9 de agosto de 2018 15:31
Preço Médio	R\$ 148.387,00



PREÇO MÉDIO DE VEÍCULOS - CONSULTA DE CAMINHÕES E MICRO-ÔNIBUS - PESQUISA COMUM - FIPE

Mês de referência:	agosto de 2018
Código Fipe:	515114-7
Marca:	VOLKSWAGEN
Modelo:	13-180 E Constellation 2p (diesel)
Ano Modelo:	2010
Autenticação	94bcwnbj5vcd
Data da consulta	quinta-feira, 9 de agosto de 2018 15:37
Preço Médio	R\$ 81.451,00